

A EXPERIÊNCIA DO PROJETO GATI EM TERRAS INDÍGENAS

BAKAIRI
XAMBIOÁ
XERENTE

NÚCLEO REGIONAL
AMAZÔNIA/CERRADO



PROJETO GESTÃO
AMBIENTAL E
TERRITORIAL
INDÍGENA

PRESIDÊNCIA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Artur Nobre Mendes

DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL - DPT
Walter Coutinho Jr.

DIRETORIA DE PROMOÇÃO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - DPDS
Patricia Chagas Neves

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO - DAGES
Janice Queiroz de Oliveira

UNIDADE DE GESTÃO DO PROJETO GATI

DIRETORA NACIONAL DO PROJETO - DPDS/FUNAI
Patricia Chagas Neves

COORDENADOR NACIONAL DO PROJETO - CCGAM/FUNAI
Fernando de Luiz Brito Vianna

OFICIAL DE PROJETO DO PNUD
Rose Diegues

COORDENADOR TÉCNICO DO PROJETO - PNUD
Robert Pritchard Miller

COORDENADOR DE PGTA - PNUD
Ney José Brito Maciel

COORDENADORA FINANCEIRA DO PROJETO - CCGAM/FUNAI
Valéria do Socorro Novaes de Carvalho

ASSISTENTES ADMINISTRATIVOS - CCGAM/FUNAI
Caio César de Sousa de Oliveira
Sofia Morgana Siqueira Meneses

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

F634n

Flores, Lucio Paiva.

Núcleo Regional Amazônia/Cerrado / Lucio Paiva Flores, Márcia Regina Antunes Maciel, Soraya Campos de Almeida. – Brasília (DF): IEB, 2016. – (A Experiência do Projeto GATI em Terras Indígenas)
73 p. : 20,4 x 27,4 cm

ISBN 978-85-60443-42-0

1. Gestão territorial e ambiental. 2. Povos indígenas - Brasil.
I. Maciel, Márcia Regina Antunes. II. Almeida, Soraya Campos de.
III. Título. IV. Série.

CDD-980.41



FICHA TÉCNICA

ORGANIZAÇÃO DA SISTEMATIZAÇÃO

Andreia Bavaresco - IEB

Marcela Menezes - IEB

Robert Miller - GATI

AUTORIA

Lucio Paiva Flores - GATI

Márcia Regina Antunes Maciel - GATI

Soraya Campos de Almeida - GATI

REVISÃO E SISTEMATIZAÇÃO

Andreza Andrade

Ney Maciel - GATI

MAPAS

Romero Gomes - GATI

FOTOS

Arquivo Projeto GATI

Arquivo Funai

Colaboradores

ARTE

Nina Coimbra

EDITORAÇÃO

Demian Nery e Tiago Trigo (apoio)

O uso de imagens de indígenas das Áreas de Referência para fins de divulgação do Projeto GATI foi acordado nos Termos de Compromisso firmados com as comunidades participantes do Projeto, ao longo de processo de esclarecimento no qual foram estabelecidas as responsabilidades das partes.

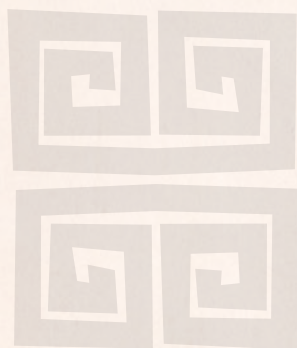
foto-base da pagina anterior: máscaras rituais Bakairi utilizadas em rituais como "Kado", praticado em época de seca (2014)

©Lúcio Flores

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
NÚCLEO REGIONAL AMAZÔNIA/CERRADO	14
TI BAKAIRI	26
TI XAMBIOÁ	40
TI XERENTE	58

APRESENTAÇÃO



O Projeto Gestão Ambiental e Territorial Indígena (GATI) é fruto da reivindicação do movimento indígena para que as políticas públicas reconhecessem o importante papel das Terras Indígenas (TIs) na conservação dos recursos naturais e da biodiversidade brasileira. O Projeto foi implementado entre os anos de 2010 e 2016 em 32 Terras Indígenas distribuídas em todo o território nacional. Foram realizadas ações voltadas à gestão territorial e ambiental de Terras Indígenas em temáticas que variaram desde a recuperação de áreas degradadas, segurança alimentar, agroecologia, formação para gestão territorial indígena, governança e participação indígena e construção de instrumentos participativos de planejamento do uso dos recursos naturais das Terras Indígenas.

As temáticas ambientais e o movimento indígena iniciam uma aproximação na ECO 92, importante reunião que aconteceu na cidade do Rio de Janeiro, em 1992, para discutir o futuro do meio ambiente em todo o mundo. Vários representantes indígenas participaram desse encontro e começaram a acompanhar e participar das discussões sobre meio ambiente e biodiversidade. Em 2002, dez anos depois da ECO92, o governo brasileiro elaborou a Política Nacional da Biodiversidade-PNB. Os povos indígenas brasileiros participaram ativamente da elaboração dessa política por meio de seus movimentos e associações. Foi um marco importante para os povos indígenas que a partir daí incorporaram a agenda ambiental em suas pautas e lutas. Nesse momento o movimento indígena brasileiro começa a participar de forma mais ativa na elaboração e no acompanhamento das políticas ambientais brasileiras. Também em 2002, o Ministério do Meio Ambiente (MMA), junto com representantes indígenas, elaboram o Plano de Ação de Conservação da Biodiversidade em Terras Indígenas.

Plenária do evento de consulta do Projeto GATI, realizado em Itamaracá - PE (2008) >

Em 2004, em outro importante encontro, a 7ª Conferência das Partes (COP/CDB)¹, o Brasil se comprometeu a implementar um programa de trabalho sobre áreas protegidas. Esse programa teve entre seus objetivos reconhecer o papel das comunidades indígenas na conservação da natureza e também a necessidade de apoio financeiro para as práticas sustentáveis do uso dos recursos naturais desenvolvidos pelos povos indígenas. Após esse acordo o MMA elaborou o Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) que envolve também as Terras Indígenas.

Nesse período, o movimento indígena demanda do governo um projeto mais abrangente para as Terras Indígenas brasileiras. A reivindicação era que se elaborasse um projeto que atendesse aos desejos dos povos indígenas e aos compromissos assumidos pelo governo em suas políticas ambientais. Em 2003 e 2004 diversas lideranças indígenas articularam com a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, o apoio para elaborar um projeto de proteção e apoio a gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas. Em 2005 foi criado um Grupo de Trabalho (GT) no Ministério do Meio Ambiente, formado por indígenas, representantes da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). O objetivo do grupo de trabalho foi elaborar uma proposta de projeto para o Fundo para o Meio Ambiente Mundial, o Global Environment Facility (GEF). Naquela época, o Brasil já contava com financiamento do GEF para projetos em vários biomas, mas nada específico para Terras Indígenas.

Em 2008, com as principais ideias e a estrutura de um projeto formulados, foram realizadas cinco consultas regionais aos povos indígenas. Foi nessas consultas, que tiveram participação ativa dos indígenas das regiões, que se chegou à proposta final do Projeto. Essa proposta foi encaminhada ao GEF em maio de 2009 e foi aprovada em agosto do mesmo ano. As consultas regionais também definiram as “Áreas de Referência”, que são Terras Indígenas distribuídas nos cinco biomas florestais brasileiros e onde o Projeto focaria suas ações.

¹ As Conferências das Partes, mais conhecidas como COPs/CDB, atualmente acontecem a cada dois anos em diferentes países, para discutir os encaminhamentos, pesquisas e discussões que acontecem em todo o mundo sobre as questões ambientais. A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) é um tratado da Organização das Nações Unidas e um dos mais importantes instrumentos internacionais relacionados ao meio ambiente. Foi estabelecida durante a ECO-92 – a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992 – e é hoje o principal fórum mundial para questões relacionadas ao tema. Mais de 160 países já assinaram o acordo, que entrou em vigor em dezembro de 1993.







No final dos trabalhos do GT, foi acordado um projeto com o objetivo geral de:

promover a contribuição das TIs como áreas protegidas essenciais para a conservação da biodiversidade dos biomas brasileiros, fortalecendo as práticas tradicionais indígenas de manejo, uso sustentável e conservação dos recursos naturais, e promovendo também o protagonismo indígena na construção de políticas públicas de gestão ambiental e territorial de TIs, fomentando assim a proteção e a segurança dos meios de vida desses povos.

O Projeto foi desenhado para atuar em nível nacional, regional e local, por meio de três linhas gerais, ou resultados, que são:

- *Resultado 1: Mecanismos e ferramentas que permitem reconhecer e fortalecer a contribuição das TIs do Brasil para a conservação de recursos naturais, biodiversidade florestal e seus serviços ambientais desenvolvidos.*
- *Resultado 2: Uma rede de TIs servindo de modelo de práticas de etnogestão ambiental destinada à conservação ambiental em diferentes biomas florestais está funcionando e sendo administrada de forma efetiva pelos povos e organizações indígenas.*
- *Resultado 3: Modelos de gestão florestal sustentáveis e replicáveis, baseados em princípios de etnogestão, estão implementados como pilotos em Áreas de Referência de diferentes biomas florestais.*

IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO GATI

Iniciando suas ações em 2010, o Projeto foi executado pela Funai em parceria com organizações indígenas regionais, Ministério do Meio Ambiente (MMA), The Nature Conservancy (TNC), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e GEF.

AS INSTÂNCIAS DE PROTAGONISMO E GOVERNANÇA INDÍGENA NO PROJETO GATI

Uma das marcas do Projeto GATI foi a participação indígena. Desde o início de sua elaboração, até a sua implementação, a participação indígena foi incentivada e apoiada. As visões dos povos indígenas sobre a gestão de suas terras, em todos os aspectos, desde a questão social à questão econômica, foram discutidas amplamente pelos participantes indígenas do Projeto.

O processo de implementação do Projeto GATI abrangeu vários momentos de consulta e debate com representantes das organizações indígenas e das Áreas de Referência, desde o Seminário Nacional (em Dezembro de 2010), os Seminários Regionais, realizados no primeiro semestre de 2011 e, posteriormente, as reuniões de esclarecimento nas TIs.

Dentro de sua estrutura, o Projeto contou com várias instâncias de participação indígena na tomada de decisões e monitoramento, começando por seu Comitê Diretor, com composição paritária, sendo dividido igualmente entre representantes das organizações indígenas que participaram da elaboração do Projeto GATI e de governo (Funai, MMA e ICMBio).

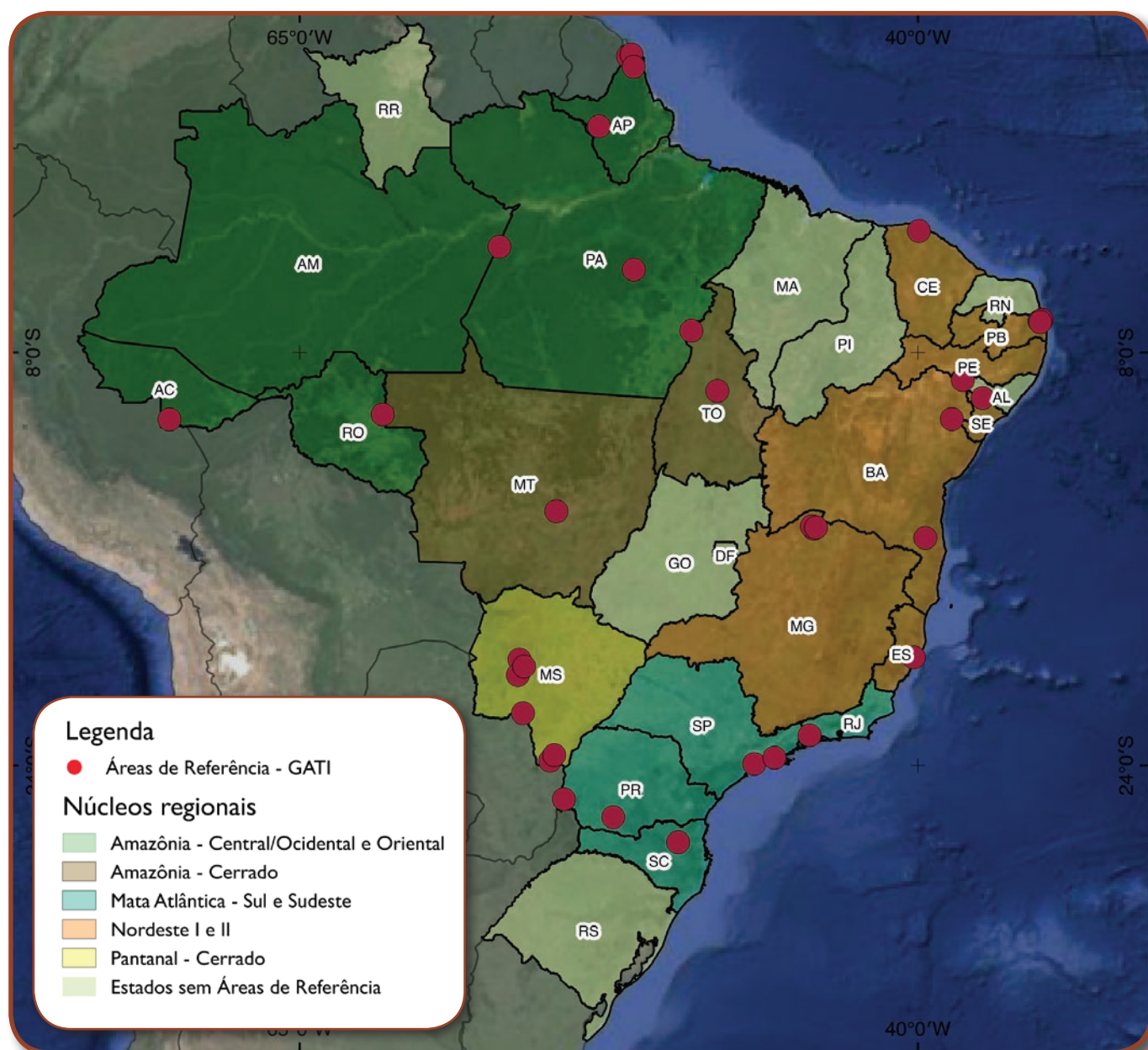
Em nível regional, o Projeto criou Conselhos Regionais, também paritários, que juntaram representantes das Áreas de Referência, Funai e ICMBio local e regional, e instituições parceiras. Para facilitar a implementação do Projeto, as Áreas de Referência foram organizadas em oito Núcleos Regionais:

AMAZÔNIA CENTRAL/OCIDENTAL
AMAZÔNIA/CERRADO
AMAZÔNIA ORIENTAL
MATA ATLÂNTICA SUDESTE
MATA ATLÂNTICA SUL
NORDESTE 1
NORDESTE 2
PANTANAL/CERRADO



SOBRE A COLEÇÃO "A EXPERIÊNCIA DO PROJETO GATI EM TERRAS INDÍGENAS"

Núcleos Regionais
do Projeto GATI



A coleção “A experiência do Projeto GATI em Terras Indígenas” reúne informações sobre as experiências de gestão territorial e ambiental indígena apoiadas pelo Projeto GATI nas 32 TIs ao longo dos seus 5 anos de implementação. Essas publicações buscam mostrar um pouco da riqueza e diversidade de jeitos de fazer gestão territorial e ambiental indígenas em temáticas variadas, como manejo de recursos naturais, atividades econômicas sustentáveis, proteção territorial, segurança alimentar, educação ambiental e muito mais.

Os saberes e conhecimentos indígenas são a base da gestão territorial indígena e são componentes essenciais para a contribuição das TIs à conservação da biodiversidade dos biomas brasileiros. A Coleção também busca dialogar com os enormes desafios que envolvem a gestão das TIs na atualidade e indica ações que são necessárias reforçar e ou apoiar para que a gestão territorial indígena promovida pelos povos indígenas envolvidos no Projeto GATI se desenvolva.

Cada capítulo do livro traz a experiência de uma Terra Indígena, contando um pouco da história daquele território, do seu povo e principalmente das ações que o Projeto GATI apoiou. Por fim, apresentamos os indicativos de gestão ou os próximos passos, que são as ações que ainda precisam ser desenvolvidas para consolidar a gestão territorial e ambiental dessas Terras Indígenas.

Esta Coleção foi elaborada a partir das informações contidas nos relatórios produzidos pelos vários consultores contratados pelo Projeto GATI para trabalhar nas TIs e que compõem o acervo do Projeto GATI. Foram também usadas informações de pesquisadores que já trabalharam junto a esses povos, depoimentos de indígenas que estiveram envolvidos na implementação do Projeto, os projetos elaborados pelas associações indígenas e os documentos base do Projeto GATI. É um resumo de tudo o que foi realizado nas Áreas de Referência pelo Projeto, em parceria com os povos indígenas, ao longo desses anos.

Esta Coleção de publicações complementa a outra série temática sobre o Projeto GATI. Formação, Participação Indígena, Gestão, Instrumentos de Gestão Territorial e Ambiental e Agroecologia são os temas tratados na série **“Projeto GATI - 2010-2016: balanço de uma experiência em escala nacional de apoio à gestão ambiental e territorial de Terras Indígenas”**.

Esperamos que a Coleção ajude a divulgar as ações de gestão territorial e ambiental que já são praticadas pelos povos indígenas há muito tempo, mas que precisam de apoios e parcerias, como promovido pelo Projeto GATI, para que continuem e cresçam.

Esses materiais foram elaborados para que as comunidades indígenas possam conhecer e conversar sobre essas informações, planejarem futuras ações, para que professores e professoras utilizem nas escolas, para que as lideranças e as comunidades em geral possam reivindicar seus direitos e buscar subsídios para darem continuidade a suas ações de gestão territorial indígena.

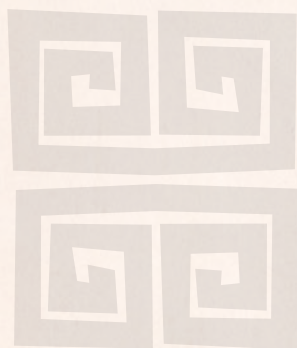
Indígenas Bakairi participando de atividades de plantio durante intercâmbio na aldeia Paraíso, do povo Paresí (2012)





NÚCLEO REGIONAL

AMAZÔNIA/
CERRADO



INTRODUÇÃO

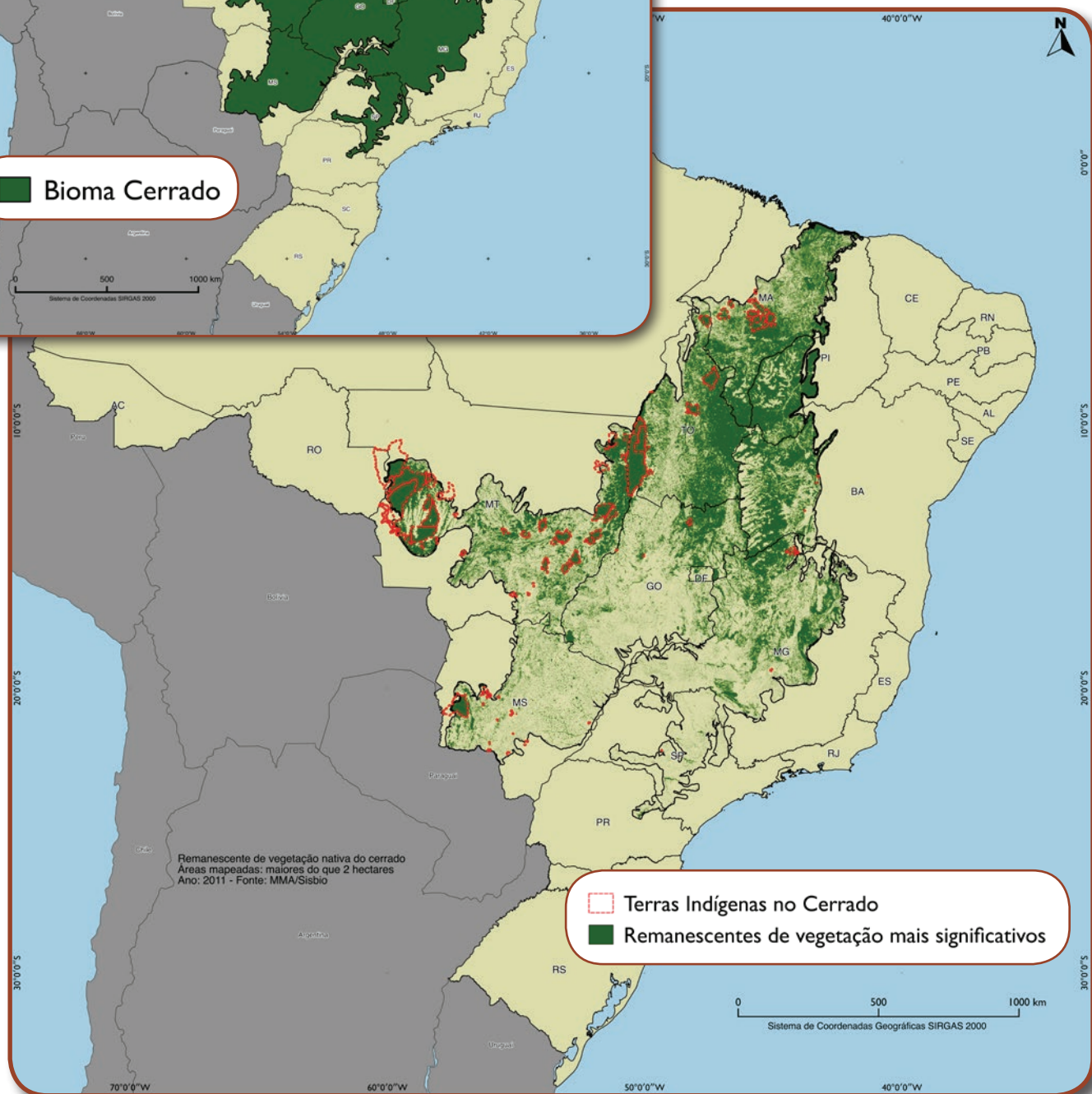
Situado na área central do Brasil, o Cerrado é o segundo maior bioma do país, ocupando mais de dois milhões de quilômetros quadrados, totalizando 24% do território nacional. É muito rico em paisagens e formações vegetais. Apesar de toda a sua riqueza, é um ambiente bastante ameaçado por possuir localização estratégica, relevo e solos muito atrativos para o agronegócio. É considerada a savana mais rica em biodiversidade do planeta com aproximadamente 330 mil espécies de plantas e animais. Muitas dessas espécies são endêmicas, ou seja, só são encontradas no Cerrado. São inúmeras as espécies que podem ser utilizadas para alimentação, artesanato, remédio, cobertura de casas, fibras, entre outros usos.

Destacam-se no Cerrado as savanas e campos, entremeado com diferentes tipos de matas, tais como as matas de galeria, que margeiam os rios e cursos d'água, as matas secas (florestas que perdem as folhas na estação seca), geralmente encontradas em solos mais férteis, e o “cerradão”, cujas árvores atingem uma altura média de 8 a 15 metros, com a copa das árvores se tocando em vários momentos.



Área de distribuição original do Cerrado

Áreas remanescentes de vegetação nativa do Cerrado em 2012



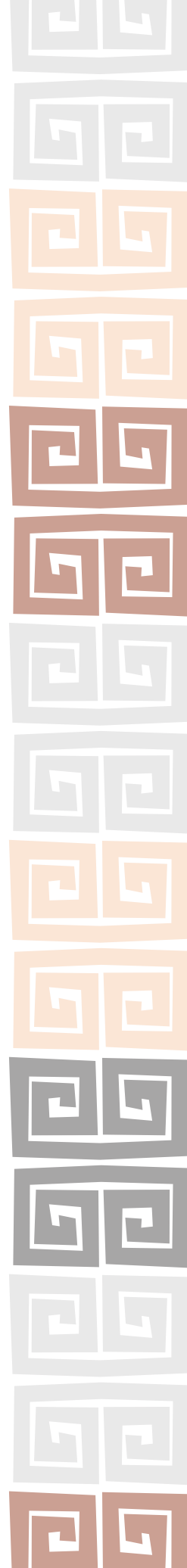
Além das plantas endêmicas das savanas e campos há também presença de plantas típicas de outros biomas que penetram na região por via das matas de galerias que fazem o papel de corredores biológicos. E apesar de representarem pouco mais de 5% da área do Cerrado, as matas de galeria possuem grande importância, tanto para a biodiversidade (vegetal e animal) como pelos seus serviços ambientais.

O Cerrado também se destaca por conta de sua função na produção de água, pois no Cerrado encontra-se uma parte significativa das nascentes das principais bacias hidrográficas brasileiras: a do rio São Francisco, do rio Prata – que inclui o Pantanal -, e da Amazônia (principalmente os rios Araguaia, Tocantins, Xingu e Tapajós). O Cerrado é considerado a caixa d'água do Brasil pois abriga o berço de vários importantes rios brasileiros, abastecendo um total de oito bacias hidrográficas.

AMEAÇAS

Apesar de toda a sua riqueza, o Cerrado é um dos biomas mais ameaçados do Brasil. Os motivos para este quadro preocupante estão relacionados à expansão do agronegócio e ao uso predatório do solo que se intensificaram na região a partir da década de 1960. A partir desse período, a ocupação deste bioma vem ocorrendo de forma destruidora, acelerada e alarmante. Estudos do Ministério do Meio Ambiente apontam a lavoura, em especial a produção de grãos como a soja, e a pecuária extensiva de baixa tecnologia, como as principais atividades responsáveis pela devastação do Cerrado. Para se ter uma dimensão do problema, 54 milhões de hectares de Cerrado deram lugar a pastagens e 22 milhões estão ocupados por plantações de grãos. Os cultivos mais expressivos são as monoculturas de soja, eucalipto, cana-de-açúcar e algodão. Outra séria ameaça ao Cerrado é a produção de carvão vegetal. Na última década, o consumo aumentou mais de 50%, atendendo principalmente a demanda do setor siderúrgico.

No passado, a transformação do Cerrado em áreas agrícolas foi mais forte na sua porção sul, correspondente a Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Nos dias de hoje a preocupação está voltada para a nova frente de expansão da fronteira agrícola na parte norte do bioma, nos estados de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, conhecidos em conjunto como “MATOPIBA”.





A CONTRIBUIÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS NA CONSERVAÇÃO DO CERRADO

A ocupação indígena do Cerrado remonta há pelo menos 12.000 anos de acordo com estudos arqueológicos. Diferentes povos deixaram inúmeros registros na forma de sítios com pinturas rupestres espalhados pela região². Hoje, são 108 Terras Indígenas total ou parcialmente incluídas no Cerrado, com uma grande diversidade cultural, porém equivalente a somente 4,35% de área do bioma³.

As Terras Indígenas têm contribuído de forma significativa para a conservação da biodiversidade e serviços ambientais do Cerrado. Esses dados são comprovados por meio de imagens de satélites e estudos realizados por diferentes órgãos.

Até o ano de 2010 as Terras Indígenas no Bioma Cerrado perderam menos de 4% da sua vegetação nativa para o desmatamento. No período entre os anos 2002 e 2008, as TIs no Bioma Cerrado perderam somente 0,49% da superfície para o desmatamento, uma taxa similar àquela observada em Parques Nacionais no mesmo período (0,46%). Essa taxa ainda está muito abaixo daquilo observado em áreas de conservação de uso sustentável, onde a taxa foi de 1,80%, ou em assentamentos, onde a taxa foi de 6,64%. Na região como um todo a taxa de desmatamento nesse período foi de 4,17%. Esses dados refletem a importância e o sucesso da gestão territorial e ambiental realizada pelos povos indígenas do Cerrado em seus ambientes por meio de sistemas de conhecimentos ambientais refinados e passados de geração a geração. Essas diferentes formas de manejo têm sido ameaçadas pelo avanço das fronteiras agrícolas no entorno das Terras Indígenas e pelas pressões decorrentes da implementação de grandes obras, como a pavimentação de rodovias e a construção de hidrelétricas.

2 Bertran, P. (2011) História da Terra e do Homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal. Ed. UnB, Brasília-DF. 615p.

3 Fonte: TNC/MMA (2007) Mapa das Unidades de Conservação e Terras Indígenas dos Biomas Cerrado e Pantanal.



O MANEJO INDÍGENA E O FOGO NO CERRADO

Os povos indígenas do Cerrado possuem, até os dias de hoje, uma íntima relação com o bioma e oferecem, por meio de seus sistemas de conhecimentos sobre o meio ambiente, importantes subsídios para a promoção do desenvolvimento sustentável. A ocupação do Cerrado trouxe profundas mudanças socioambientais para suas populações tradicionais inclusive para os povos indígenas, cujas culturas, por serem material e simbolicamente pautadas neste habitat, dependem da disponibilidade dos recursos naturais para continuar existindo. Os povos indígenas, mesmo dominando técnicas tradicionais de manejo do Cerrado e conhecimentos sobre os ecossistemas que habitam, têm sofrido com diferentes impactos ocasionados pelo modelo econômico aplicado ao bioma.

Segundo os estudiosos não indígenas o fogo é um fator ecológico importante na manutenção das características do Cerrado, como por exemplo na composição das espécies. As queimadas são fatores de manutenção da diversidade da paisagem, pois ocorrem de forma irregular ou até aleatória no tempo e no espaço, e com intensidade variável.

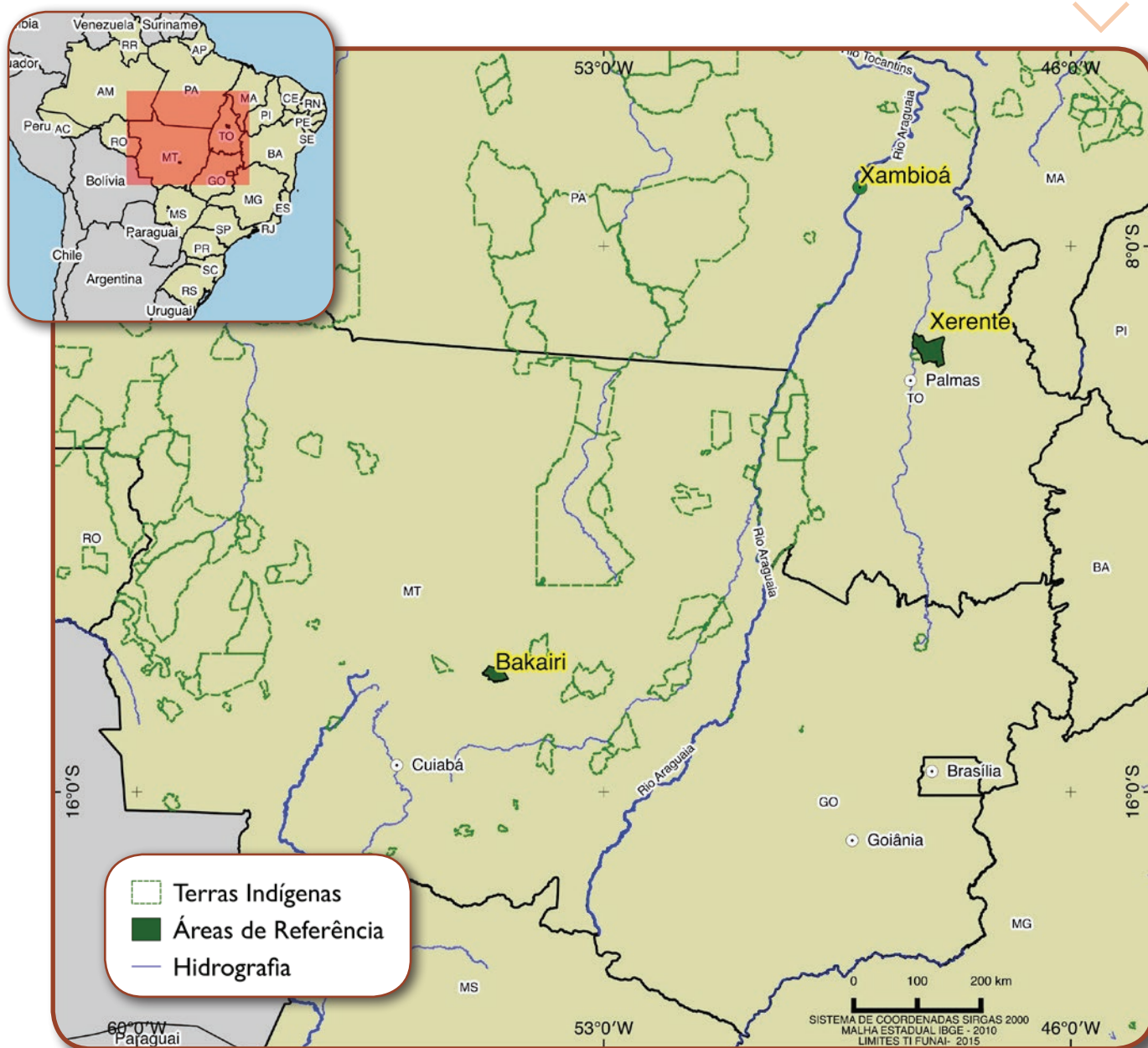


Tradicionalmente, os povos indígenas do Cerrado praticam a queima sucessiva de pequenas áreas no início da estação seca de forma controlada evitando assim que as queimadas atinjam grandes proporções. Na ausência destas práticas tradicionais de uso do fogo, poderá haver um acúmulo de biomassa na seca, resultando em incêndios maiores e muito mais danosas aos ecossistemas.

Atualmente, estão ocorrendo mudanças nos paradigmas sobre o papel do fogo no Bioma Cerrado, especialmente em relação às Unidades de Conservação (UCs). Difundiu-se a ideia de que o fogo é um fator natural que ajuda a manter as características dos ecossistemas. Neste contexto, as práticas tradicionais de manejo do Cerrado e os saberes dos povos e comunidades tradicionais aos poucos estão sendo consideradas pelos gerentes de unidades de conservação de proteção integral e pelo programa PREV-FOGO do Ibama como uma prática sustentável. É muito importante que as práticas tradicionais de manejo de fogo praticada pelos povos indígenas do Cerrado sejam consideradas como sistemas de conhecimentos ambientais fundamentais para manutenção da diversidade das espécies do bioma e que muito tem a contribuir com a ecologia das paisagens

O NÚCLEO REGIONAL AMAZÔNIA/CERRADO NO PROJETO GATI

Terras Indígenas e Áreas de Referência do Núcleo Regional



O Núcleo Regional Amazônia/Cerrado é formado por três TIs: Bakairi, do povo Bakairi e ligada à Coordenação Regional da Funai em Cuiabá; Xerente, do povo indígena Xerente; e Xambioá, do povo Karajá, ambas da área de atuação da Coordenação Regional da Funai Araguaia Tocantins. Juntas, estas TIs possuem uma população de 4620 indígenas.

Embora o Núcleo Amazônia/Cerrado abranja somente estas três TIs, sendo que uma delas (TI Xambioá-TO) oficialmente está dentro dos limites do Bioma Amazônia, é importante frisar que outras TIs que são áreas de referência do Projeto também fazem parte do Bioma Cerrado. No Mato Grosso do Sul estas são as três TIs da etnia Terena (Cachoeirinha, Lalima e Taunay-Ipegue), na área de transição para o Bioma Pantanal, e uma TI da etnia Guarani e Kaiowá, a TI Pirakuá, também caracterizada como área de transição entre biomas, com a presença de mata seca e um pouco de Mata Atlântica Interior. Em São Paulo, a TI Araribá encontra-se no limite dos Biomas Cerrado e Mata Atlântica, enquanto em Minas Gerais a TI Xacriabá encontra-se no Bioma Cerrado, mas próximo do limite com o Bioma Caatinga, e porções do seu território contém manchas de vegetação típicas desse segundo bioma.

A descrição dessas TIs é feita nos livros específicos que tratam dos seus respectivos Núcleos Regionais (Pantanal/Cerrado, Mata Atlântica Sul e Sudeste e Nordeste I e II).



HISTÓRICO DO PROJETO GATI E O NÚCLEO AMAZÔNIA/CERRADO

Das cinco consultas regionais aos povos indígenas realizadas em 2008, com o objetivo de embasar a elaboração da proposta para o GEF, uma consulta foi realizada em Campo Grande/MS, nos dias 24-26 de setembro, com objetivo de atender ao Centro-Oeste. Desta reunião, cuja articulação foi feita pela Articulação dos Povos Indígenas do Pantanal - ARPIPAN, em parceria com CGPIMA/FUNAI e FUNAI/Campo Grande, foram indicadas as Áreas de Referência que acabaram sendo incorporadas no Núcleo Regional Pantanal/Cerrado. Já as TIs do Mato Grosso e Tocantins foram indicadas a partir de articulações no âmbito da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB.

A implementação do Projeto GATI iniciou-se com um seminário nacional em Brasília, em dezembro de 2010, com a participação de representantes indígenas e das coordenações regionais da Funai. Nessa reunião se definiu a realização de cinco seminários regionais com o objetivo de dar continuidade ao processo de esclarecimento aos povos indígenas e de regionalização do Projeto. Um destes seminários foi realizado em Cuiabá (MT), em março de 2011. Após a realização de cinco seminários regionais, o Comitê Diretor do Projeto GATI definiu a abrangência dos “Núcleos Regionais” como também deliberou por tratar todas as Terras Indígenas selecionadas nas consultas regionais de 2008 como “Áreas de Referência”.

Após esta definição, o Projeto iniciou o processo de seleção de oito consultores regionais, sendo a bióloga Márcia Maciel contratada como consultora regional para desenvolver as atividades nas TIs do Núcleo Amazônia/Cerrado. A consultora iniciou seus trabalhos em 2012, com visitas às TIs para realizar reuniões de esclarecimento sobre o Projeto. Nestas reuniões foram também definidos nomes de representantes para compor o Conselho Regional Deliberativo do Núcleo Amazônia/Cerrado. A instalação do conselho aconteceu nos dias 26 a 30 de novembro de 2012, em Santo Antônio do Leverger (MT), e os membros empossados foram:

- TI Xambioá: Antônio Marcos Sena Leal (titular) e Gilvan Kundionan (suplente), como representantes da TI Xambioá.
- TI Xerente: Bolivar Pereira Rodrigues (titular) e Pedro Paulo Gomes da Silva (suplente);
- TI Bakairi: Magno Amaldo da Silva (titular) e Iranildes Rodrigues Mondecai (suplente);
- MOPIC: Januário Tseredzaro;
- CR Cuiabá: Hilda Maria Gonçalves (titular) e Estevão Taukane (suplente);
- CR Araguaia Tocantins: Francisco Otávio Reis de Oliveira (titular) e Leila de Souza (suplente);
- Ibama Tocantins: Patrícia Barba Malves (titular) e Daniele Dias Danaga (suplente);
- Ibama Mato Grosso: Nicélio Acácio da Silva (titular) e Ricardo Glauber da Silva (suplente).

Na ocasião, os conselheiros apontaram diversas linhas de ação prioritárias e planejaram iniciativas piloto para as três Áreas de Referência, que podemos resumir nos seguintes focos:

- Capacitação para poder desenvolver projetos, junto com assistência técnica;
- Fortalecimento dos conhecimentos tradicionais, por meio de oficinas com jovens;
- Recuperação e troca de sementes tradicionais, produção de alimentos;
- Etnomapeamento e atividades de vigilância;
- Recuperação de área degradadas e nascentes com espécies nativas;
- Manejo e conservação da tartaruga-da-Amazônia;
- Manejo da queixada;
- Apoio ao artesanato;
- Capacitação de agentes ambientais e apoio a brigadistas.

Os consultores regionais do Núcleo Cerrado fizeram um grande esforço para que o máximo de ações planejadas pelo Conselho fossem atendidas em diversos níveis. Essa demandas foram atendidas ou por iniciativas do próprio Projeto GATI ou em articulação com instituições parceiras. Os detalhes das mesmas serão abordados nos capítulos com os relatos das ações do GATI por TI.

Em relação à operacionalização do Núcleo, um dos maiores desafios enfrentados na implementação e pela consultora regional foi a grande distância geográfica entre Terras Indígenas e entre as Coordenações Regionais (CRs) às quais são vinculadas. Por exemplo, as cidades de Cuiabá e Palmas, onde as duas CRs são sediadas, estão distantes mais de 1000 km. Esta situação limitou a realização do plano de ação estabelecido pelo Núcleo, levando assim a Unidade Gestora do Projeto (UGP), com aval do Comitê Diretor do Projeto GATI, a dividir a região de forma que fosse atendido por dois consultores. Assim, em 2014 se inicia a segunda fase do GATI no Núcleo, com contratação de dois novos consultores: Lúcio Flores, responsável pela TI Bakairi, e Soraya Campos, pelas TIs Xambioá e Xerente.

Apesar das distâncias entre as Terras Indígenas do Núcleo e a decisão de dividir o núcleo entre diferentes consultores foi realizado um esforço para a realização da segunda reunião do Conselho Regional do Núcleo em março de 2016. A reunião foi realizada em Palmas, na sede da CR Araguaia-Tocantins. Além dos representantes das duas Terras Indígenas ligadas a esta coordenação, participou uma comitiva de seis representantes Bakairi. Entre as lições dessa experiência do Núcleo e seu Conselho Regional, ficou a constatação de que teria sido mais eficaz investir em “conselhos locais”, como estratégia para implementação do Projeto. Além das discussões e debates sobre o Projeto GATI e seus resultados, esta reunião do Conselho Regional foi também um momento de intercâmbio. No terceiro dia de reunião uma parte dos participantes se deslocou para a cidade vizinha de Tocantínia, para conhecer o viveiro de mudas construído pela Associação de Brigadistas Indígenas Xerente - ABIX, com apoio da Embrapa, Funai, Prefeitura e Projeto GATI.

TERRA INDÍGENA BAKAIRI



INTRODUÇÃO

A Terra Indígena (TI) Bakairi localiza-se nos municípios de Paranatinga e Planalto da Serra, estado do Mato Grosso (MT). A TI Baikari está regularizada desde 1920 e possui 61.405 hectares. É habitada tradicionalmente pelo povo Bakairi. Os Bakairi se autodenominam “Kurâ”, que quer dizer gente de verdade ou ser humano. A população da Terra Indígena é de 620 pessoas, distribuídas em 10 aldeias: Alto Ramalho, Aturua, Cabeceira do Azul, Kaiahoalo, Paikum, Pakuera, Swôpa, Akiety, Kuiakware e Yahodo. Os Bakairi também vivem na Terra Indígena Santana, que se localiza no município de Nobres (MT). A língua falada é o Bakairi, de família linguística Karib.

Os Bakairi são originários da região do Alto Xingu. Se deslocaram para a atual região entre 1900 e 1920, quando epidemias reduziram drasticamente sua população⁴. Em 1920 foi criado o Posto Indígena e nos anos seguinte foram construídas, a casa-sede, a escola e o hospital. Alguns destes prédios continuam até hoje.

Nos roçados tradicionais e quintais dos Bakairi são cultivados cará roxo e branco, mandioca, cana-de-açúcar, abóbora, algodão, urucum, batata doce e banana entre outras plantas alimentares. A produção é basicamente para o consumo familiar e quando há excedente há venda, porém dentro da própria área indígena.

A criação de gado e a produção de excedentes agrícolas foram estimuladas pelo Serviço de Proteção dos Índios – SPI. Na década de 1950 alguns Bakairi trabalharam na frente de atração dos Xavante no Alto Batovi. As expedições do SPI aos Xavante tinham a TI Bakairi como ponto de apoio para se abastecer de víveres, principalmente da carne charqueada.

4 Picchi, D. 1991. The impact of an industrial agricultural project on the Bakairi Indians of Central Brazil. Human Organization, vol. 50 No.1 p. 26-38.

CONTEXTO

A Terra Indígena Bakairi está situada à margem direita do rio Paranatinga ou Teles Pires, afluente do rio Tapajós. No seu entorno estão o morro do Urubu, do Daniel e parte da Serra Azul. A maior parte da TI é coberta pela vegetação típica do Cerrado, entremeado por buritizais nas partes mais úmidas e por matas ciliares ao longo dos rios.

Uma pequena porção (aproximadamente 8% da área da TI) foi convertida de Cerrado para pastagens e monoculturas. A monocultura foi incentivada a partir de projeto da Funai em 1980. Foram adquiridos trator, implementos e insumos para a produção de arroz e os Bakairi incorporam a atividade em seu cotidiano. O novo modelo agrícola porém, ocasionou uma série de problemas, e inclusive, afetou dinâmicas sociais internas e suas práticas de subsistência. Nos dias de hoje os Bakairi buscam alternativas econômicas sustentáveis para realizar a gestão territorial e ambiental de seu território.

Nos córregos e rios da Terra Indígena há abundância de peixes. Porém os Bakairi vêm observando a redução desse estoque principalmente por conta do uso da competição com os pescadores ilegais que invadem a TI, ou pelo fato do rio que banha a terra ter sido represado e/ou suas nascentes estarem desmatadas dentro e fora da área. A caça, no passado abundante tem se escasseado por conta da diminuição das áreas de florestas no entorno da TI.

Os rios e córregos da Terra Indígena Bakairi têm sido poluídos devido ao uso excessivo de agrotóxicos nas fazendas de milho e soja localizadas no entorno da TI. Há constantes práticas de pulverização aérea de agrotóxicos nas fazendas vizinhas.



TI Bakairi



ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

Os Bakairi se organizam em grupos familiares identificados pelo local em que vivem, por exemplo, próximos aos riachos. Esses grupos são liderados por seus chefes que são pessoas dotadas de poder político conquistado para tal função. Os chefes reunidos constituem um conselho que sustentam a ordem política e jurídica. Estes também representam o grupo perante outros núcleos familiares e os não indígenas.

As casas nas aldeias são dispostas linearmente formando ruas, um estilo herdado pela influência do S.P.I. Há sempre um centro comunitário, que geralmente fica ao lado da casa do líder e em alguns grupos há o *kadoêti*, a casa dos homens, onde guardam as máscaras rituais. Os Bakairi têm vários ritos sagrados, que são chamados de kado, praticados principalmente na época de seca. Esses rituais podem atravessar anos, sendo suspensos nos tempos de chuva, com as máscaras rituais guardadas no *kadoêti*.

Na TI existem três associações de base comunitária. São elas: Associação Comunidade Indígena Aturua (ACIA), a Associação Kura-Bakairi (AKB) e a Associação dos Pequenos Produtores Indígenas. Em âmbito nacional, os Bakairi também são representados pela MOPIC - Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado.



©Lúcio Flores

Máscaras rituais Bakairi utilizadas em rituais como "Kado", praticado em época de seca (2014)

AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO PROJETO GATI

FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

O Projeto GATI iniciou suas atividades na TI Bakairi após realizar reuniões de esclarecimento e levantamento das principais demandas das aldeias. Logo em seguida foi instalado o Conselho Regional Deliberativo do Núcleo Regional Amazônia/Cerrado nos dias 26 a 30 de novembro de 2012, em Santo Antônio do Leverger (MT).

Os conselheiros indicados da TI Bakairi para participar do Conselho foram: Magno Amaldo da Silva (titular) e Iranildes Rodrigues Mandicai (suplente).

Durante a 1ª reunião do Conselho, os conselheiros e demais participantes elaboraram e validaram um plano de ação para o Núcleo Regional com base nas demandas das TIs. No caso da TI Bakairi o plano teve as seguintes linhas de ação:

- Etnodesenvolvimento – com atividades de capacitação, assistência técnica e fortalecimento dos conhecimentos tradicionais;
- Segurança alimentar- com ações de recuperação de sementes tradicionais, intercâmbios e troca de sementes, avaliação da qualidade dos alimentos, construção casa de farinha e produção de hortaliças;
- Proteção territorial – com foco na vigilância territorial e etnomapeamento;
- Preservação ambiental- com recuperação de áreas degradadas, principalmente as cabeceiras dos rios, reflorestamento com plantas nativas, questões de poluição dos rios com agrotóxicos.

Para fortalecer os objetivos e alcançar os resultados pretendidos no Plano de Ação, o Projeto GATI também articulou uma rede parceiros institucionais do estado do Mato Grosso composto por: Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Operação Amazônia Nativa (OPAN), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Prefeitura Municipal de Paranatinga, Secretaria Estadual de Educação, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama).

INTERCÂMBIOS

Durante a implementação do Projeto GATI na Terra Indígena Bakairi foram realizados intercâmbios que tiveram foco temáticas levantadas nos Planos de Ação construídos pelo Núcleo Amazônia/Cerrado. Foram realizados quatro intercâmbios de experiências relatados a seguir:

- Intercâmbio dos Bakairi para aldeia Paraíso, do povo Paresi, a fim de participar do evento “III- Raiz, planta e Cultura: Intercâmbio de raízes e sementes das roças tradicionais, etnia Haliti, MT”. O evento aconteceu nos dias 03 a 07 de dezembro de 2012 e teve como objetivo a reintrodução e resgate de plantas alimentícias que por diversos motivos deixaram de ser cultivadas nas roças dos Paresi. Além disso, a feira de troca de sementes e raízes fortaleceu a agrobiodiversidade dos povos envolvidos. Durante a feira também houve oficinas de cestaria indígena do povo Nambikwara e do povo Umutina, de Implantação de SAF e de Produção de Adubo Orgânico. No total foram 60 participantes entre indígenas e não indígenas.
- Intercâmbio dos povos Karajá, Xerente e Bakairi para a instituição “Ponto Terra”, especializada em criação de animais silvestres. O intercâmbio aconteceu nos dias 24 a 26 de maio de 2013, em Belo Horizonte (MG) e teve como objetivo proporcionar aos indígenas capacitação técnica em criação de animais silvestre, como pacas, queixadas, catetos, capivara, cutias, emas e outros. O curso também abrangeu estrutura e instalações, legislação, reprodução, nutrição, cuidados veterinários, mercado e administração. Participou do curso um indígena Bakairi, Orlando Maiuwa.
- Intercâmbio de 15 indígenas Bakairi, incluindo representantes da TI Santana, à aldeia Barranco Vermelho do povo Rikbaktsa, município de Juína (MT) para conhecer os projetos sustentáveis. O intercâmbio aconteceu nos dias 07 a 09 de agosto de 2013 e teve como objetivo realizar uma troca de experiência de gestão de projetos sustentáveis do povo Rikbaktsa, apoiado pelo GEF/Pnud⁵, que vem ao longo de dez anos executando projeto de extrativismo de látex e coleta e beneficiamento de castanha-do-brasil. Além das técnicas de extrativismo, os Bakairi também verificaram como funciona a cadeia produtiva que é desenvolvida por povos indígenas e seus parceiros, assim como a importância do trabalho de associativismo.
- Apoio à participação de indígenas da TI Bakairi na IX Feira de Sementes Krahô nos dias 14 a 18 de outubro de 2013. A Feira tem permitido aos Krahô resgatarem e manterem grande parte da sua agrobiodiversidade, fortalecendo assim a segurança alimentar das suas aldeias.

5 Projeto GEF Noroeste/ PNUD BRA/00/G31

IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS

As ações de implementação de sistemas agroflorestais promovidas pelo Projeto GATI na TI Bakairi foram voltadas especialmente para recuperação ambiental de áreas degradadas:

Uma dessas ações foi efetivada por meio de um projeto apoiado pela Carteira Indígena/Chamada GATI “Onro Iwelo - Terra Nova”. O objetivo do projeto foi a promoção da gestão ambiental e territorial na TI Bakairi por meio da identificação dos marcos que limitam a terra, do mapeamento das áreas degradadas e por meio de plantios de espécies nativas nas áreas identificadas.

A outra ação foi uma oficina de implantação de composteira e produção de biofertilizante, ocorrida na Aldeia Paikum, nos dias 05 a 08 de novembro de 2013. No total foram 30 participantes que a partir dos resultados da oficina aumentaram a produção de mudas de espécies nativas para recuperar áreas degradadas dentro da TI.

APOIO À FORMAÇÃO

O Projeto GATI também apoiou a participação de dois representantes da TI Bakairi no Curso Básico de Formação em Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), Turma Cerrado⁶. Os indígenas Wagner Apanuare, da aldeia Kayahoalo, e Wesley Paguari, da aldeia Painkun, estiveram nos cinco módulos da formação e com isso replicaram na TI o que aprenderam durante o curso.

⁶ O Curso Básico de Formação em Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), Turma Cerrado, teve como público alvo os gestores públicos e indígenas que desenvolvem atividades estratégicas relacionadas à gestão ambiental e territorial em Terras Indígenas e unidades de conservação no bioma Cerrado. O curso aconteceu em 2015 e 2016 e foi uma realização da Fundação Nacional do Índio (Funai) e Ministério do Meio Ambiente (MMA), com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF).

APOIO À GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E PROTEÇÃO TERRITORIAL

Uma das maiores preocupações atuais dos Bakairi é o aumento de lixo (resíduos sólidos) nas aldeias, resultado de um maior consumo de produtos industrializados. As consequências mais graves são a contaminação das águas e mudança na paisagem das aldeias com o descarte do lixo.

Com o objetivo de enfrentar a questão dos resíduos sólidos, os Bakairi, com apoio do Projeto GATI, organizaram ao longo de 2015 e 2016, oficinas de gestão de resíduos sólidos. As oficinas tiveram como objetivo debater os impactos do lixo, organizar mutirões de coleta e envolver toda comunidade no debate, especialmente jovens e crianças. A iniciativa contou com a parceria do setor de saneamento do DSEI (Distrito Especial de Saúde Indígena) de Cuiabá, Prefeitura de Paranatinga, PrevFogo/Ibama e Escola Kura Bakairi. A partir dessas mobilizações os Bakairi planejam criar um Programa de Gestão de Resíduos Sólidos que envolverá todos aspectos da destinação. Articulam também junto a prefeitura de Paranatinga o uso do ICMS Ecológico⁷ para apoiar essas ações.



Oficina de resíduos sólidos com envolvimento de jovens, crianças e comunitários. A oficina contou com apoio do grupo de brigadistas indígenas, do Projeto GATI, Dsei e Prefeitura de Paranatinga (2014)

⁷ ICMS Ecológico é um mecanismo tributário que possibilita aos municípios acesso a parcelas maiores que àquelas que já têm direito, dos recursos financeiros arrecadados pelos Estados através do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, o ICMS, em razão do atendimento de determinados critérios ambientais estabelecidos em leis estaduais.

MICROPROJETOS E PPP GATI

A maior parte dos microprojetos desenvolvidos na TI Bakairi tiveram como foco o incremento das atividades produtivas tradicionais e a valorização dos conhecimentos relacionados às plantas medicinais e sementes crioulas. As iniciativas foram:

“EU GOSTEI MUITO, USEI O DINHEIRO DO JEITO CERTO, NÃO DEI VERGONHA PRA MIM NEM PRA QUEM ACREDITOU EM MIM... PLANTEI MANDIOCA BRABA, MANDIOCA MANSA, MILHO, CANA, ABÓBORA, BATATA, CARÁ, ATÉ MAMÃO, AINDA VOU FAZER FARINHA, A ROÇA NÃO PÁRA, MANTENHO LIMPO EM VOLTA DA TELA, AS PESSOAS BUSCAM SEMENTE, RAMA DE MANDIOCA, FOI BOM PRA TODOS.”

Lourival Saguma, cacique da aldeia Lahodo.

- Microprojeto “Xina Ipi” - Nossa Roça (Roça Tradicional)” O responsável pelo microprojeto foi o indígena Agnaldo Rondon Kogapi, da aldeia Aki Ety. O microprojeto foi executado em 2015 e implantou uma roça tradicional (roça de toco), que cultivou várias frutas, raízes e verduras, típicas da dieta dos Bakairi. A iniciativa também recuperou sementes tradicionais que estão em risco de desaparecimento.
- Microprojeto “Roça Comunitária para preservação de mudas e sementes”,. O responsável pelo microprojeto foi o indígena Lourival Sagumsa da aldeia Lahodo. A iniciativa foi executada em 2014. Os envolvidos cercaram uma área de 1 hectare utilizada tradicionalmente para o plantio da roça antes de seu cultivo. A cerca foi necessária para evitar a entrada de animais, que destroem as plantações ameaçando a produção da comunidade.
- Microprojeto “Tâewânu Koendâ leni: viveiro de plantas medicinais”. O responsável pelo microprojeto foi o indígena Silvio de Oliveira Rodrigues da aldeia Nova Canaã. Ao longo de 2015 foi implantado um canteiro com plantas medicinais. A produção do viveiro foi distribuída às 10 famílias envolvidas na iniciativa.
- Microprojeto “Awado” (beiju). O responsável pelo microprojeto foi o indígena Magno Amaldo da Silva da aldeia Pakuenra. O projeto executado em 2014 teve como objetivo aumentar a cultivo de mandioca para produção de “awado”. O “awado” é um item importante na dieta dos Bakairi e vem desaparecendo com o passar dos anos e a incorporação de alimentos industrializados. Foram beneficiadas cerca de 10 famílias que revezaram o trabalho de preparar a terra, plantar, manter e beneficiar o produto. Também foram distribuídas ramas de mandioca entre o grupo envolvido na iniciativa.

Em relação ao edital PPP-GATI⁸, o projeto aprovado foi “Palhoça: um espaço multiuso do povo indígena Kurâ-Bakairi da aldeia Pankuenra” (2015-2016). A comunidade construiu uma palhoça, chamada de “Espaço Multiuso”, usada para realizar diversas atividades, como oficinas, reuniões, capacitações e festas tradicionais relacionadas com a gestão territorial e ambiental da Terra Indígena e o fortalecimento cultural dos Bakairi. Além da palhoça, o projeto também realizou uma feira de troca de sementes. A proponente foi a Associação Tapaguia, da Aldeia Cabeceira do Azul.



Apresentação de etnomapa por Cacique Odil e Reginaldo Ikaura em reunião do Conselho Regional, em Palmas-TO (2016)

8 O edital de Pequenos Projetos Indígenas (PPP GATI) foi lançado em 07 de abril de 2015 e teve como objetivo apoiar propostas de ações de conservação da biodiversidade, bem como a melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas, nas 32 Terras Indígenas que compõe as ARs do Projeto GATI. A iniciativa foi fruto da Carta Acordo entre o Projeto GATI por meio da Fundação Nacional do Índio (Funai), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPNU).

“O GATI VEM NOS AJUDAR A VER A IMPORTÂNCIA DO CERRADO, DA VIDA QUE ESTÁ NELE E AJUDAR A PRESERVAR MAIS NOSSO MEIO AMBIENTE.”

Arlindo Rondon, indígena Bakairi
e Coordenador Técnico Local.

RUMOS DA GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL NA TI BAKAIRI

“QUANTO AO PLANO DE GESTÃO QUE ESTAMOS CONSTRUINDO, O PRIMEIRO PLANO É QUE ELE SEJA UTILIZADO A PARTIR DAS ESCOLAS, VAI SERVIR PARA ESSA NOVA GERAÇÃO TOMAR AS RÉDEAS DOS DESTINOS DO POVO, A EXPECTATIVA É QUE OS CACIQUES E OUTRAS LIDERANÇAS TAMBÉM POSSAM IR SE APROPRIANDO DO PLANO, ESTAMOS AINDA INICIANDO E COM BOAS EXPECTATIVAS.”

Magno Amaldo, conselheiro.

Os Bakairi, a partir das iniciativas do Projeto GATI, estão dispostos e interessados em discutir e pensar a gestão do seu ambiente e território. As várias ações desenvolvidas a partir do Projeto GATI, desde os intercâmbios de experiências, a discussão sobre os resíduos sólidos, a recuperação de sementes tradicionais, a elaboração e implementação de projetos trouxeram animo e uma visão de futuro para o povo indígena Bakairi. Para tanto é preciso continuar apoiando essas ações. São muitas as frentes que foram abertas e precisam de continuidade para o alcance da sustentabilidade ambiental da TI Bakairi. A principal iniciativa em curso é a elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da TI Bakairi. O PGTA é um desdobramento do projeto “Elaboração do Etnomapeamento das Terras Indígenas do Povo Bakairi”, que teve como objetivo geral elaborar ações e estratégias que possibilite a elaboração de um Plano de Gestão Territorial e Ambiental para o povo Bakairi. O projeto foi realizado na TI Bakairi, no município de Paranatinga, e na TI Santana, no município de Nobres. Este projeto foi apoiado pelo edital “Implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas”, com recursos do Fundo Clima/Ministério do Meio Ambiente (Edital nº 001/2014 – BRA PNGATI 13/019). A proponente foi o Instituto Yukamaniru de apoio às mulheres indígenas Kurê Bakairi. O desafio atual é dar suporte e continuidade as ações de gestão territorial e ambiental que serão apontados por meio do etnomapeamento e da elaboração participativa do PGTA da TI Bakairi.



©Márcia Madel



©Robert Miller

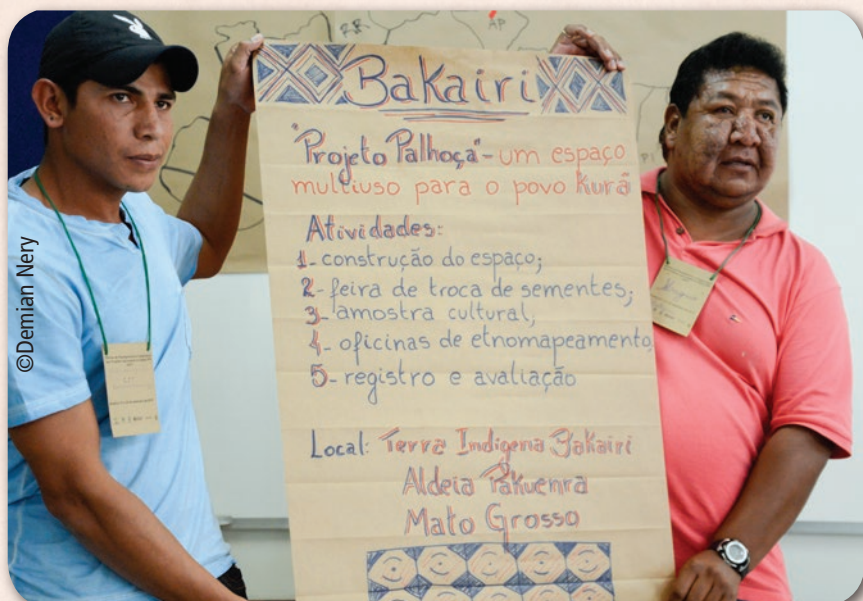


©Lúcio Flores

Mulher Bakairi cortando
seringa durante intercâmbio
na TI Rikbaktsa (2013)

Casa dos Homens, espaço para
rituais Bakairi (2012)

Oficina de resíduos sólidos com
envolvimento de jovens, crianças
e comunitários. A oficina contou
com apoio do grupo de brigadistas
indígenas, do Projeto GATI, Dsei e
Prefeitura de Paranatinga (2014)



©Demian Nery

Apresentação do projeto
"Palhoça- um espaço multiuso
para o povo Kurã", apoiado pelo
edita PPP GATI, durante oficina
organizada pelo Projeto GATI
em Brasília-DF (2015)

Oficina de resíduos sólidos com
envolvimento de jovens, crianças
e comunitários. A oficina
contou com apoio do grupo de
brigadistas indígenas, do Projeto
GATI, Dsei e Prefeitura de
Paranatinga (2014)



Mulheres Bakairi apresentam projeto de algodão durante reunião de esclarecimento do Projeto GATI (2012)

Cacique Bakairi cortando seringa durante intercâmbio na TI Rikbaktsa (2013)



©Robert Miller



©Márcia Maciel



©Lucio Flores

TERRA INDÍGENA XAMBIOÁ



INTRODUÇÃO

A Terra Indígena (TI) Xambioá localiza-se no município de Santa Fé do Araguaia, no estado de Tocantins (TO) e está regularizada com 3.326 hectares. É habitada tradicionalmente pelo povo Karajá e somam atualmente 500 pessoas distribuídas em quatro aldeias: Xambioá, Kurehê, Wari-Lyty, Hawa Tymara. Também há presença, na TI Xambioá, de indígenas Guarani, porém em menor quantidade. Muitos ainda falam a língua tradicional que é o Karajá Iny Rybé, de família linguística Macro-Jê.

CONTEXTO

A TI Xambioá está situada na transição do Bioma Cerrado e Bioma Amazônia. O limite natural na sua porção oeste, com cerca de 8,9 km de extensão, é o rio Araguaia. A maior parte do seu território ainda concentra grandes porções de mata virgem, da fauna e da flora nativa. Entretanto, uma parte da floresta já foi afetada por pressões, causadas na maioria das vezes, por fazendas vizinhas que desmatam e queimam o entorno do território para implantação e manutenção de pastagens. O desmatamento também afeta parte das margens do rio Araguaia, o que provoca assoreamento em época de chuvas.

A TI também é afetada por invasões de pescadores e caçadores, impactando sobretudo as Tartarugas-da-Amazônia⁹ em época de desova, pois pescadores não indígenas aproveitam esses momentos de vulnerabilidade dos animais para capturá-los. A Tartaruga-da-Amazônia é essencial na cultura e na alimentação tradicional, porém, com o passar dos anos, devido à pesca predatória, esse animal está cada vez mais raro na região. O peixe e a queixada também são muito apreciados pelos Karajá, mas também sofrem de escassez devido às atividades ilegais de pesca e caça.

ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

A aldeia é a unidade central da organização social e política dos Karajá. As duas aldeias mais antigas (Xambioa e Kurehê) são localizadas próximo ao rio Araguaia. As outras que foram constituídas posteriormente, por questões de política interna ao grupo, estão mais afastadas. Cada aldeia tem seu espaço para caça, pesca e práticas de rituais.

⁹ Podocnemis expansa





TI Xambioá

Há várias associações indígenas na TI Xambioá. Atualmente a Associação Indígena IXY-BLOWÁ de Abrigo, Assistência, Cultura e Ensino, da Aldeia Xambioá possui um convênio com a prefeitura visando aplicar os recursos advindos do ICMS Ecológico. Também executa o projeto do edital PPP GATI/ISPN. Em âmbito nacional, a TI também faz parte da Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado - MOPIC.

AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO PROJETO GATI

FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

O Projeto GATI iniciou suas atividades na TI Xambioá após realizar reuniões de esclarecimento e levantamento das principais demandas das aldeias. A instalação do Conselho Regional Deliberativo do Núcleo Regional/Cerrado aconteceu nos dias 26 a 30 de novembro de 2012, em Santo Antônio do Leverger (MT) e oficializou os nomes de Antônio Marcos Sena Leal (titular) e Gilvan Kundionan (suplente), como representantes da TI Xambioá.

Nesta reunião os conselheiros e demais participantes elaboraram e validaram um plano de ação para o Núcleo Regional com base nas demandas levantadas nas TIs durante as reuniões de esclarecimento. O plano foi refletido em projetos elaborados de forma participativa a partir de oficinas realizadas ao longo de 2013 na TI Xambioá, cujas linhas principais foram:

- Manejo e criação de Tartaruga-da-Amazônia;
- Capacitação em apicultura para produção de mel, visando o uso alimentar e geração de renda via comercialização do excedente;
- Resgate de roças tradicionais e roças de fundo de quintal.

Na segunda fase do Projeto GATI o plano de ação da TI Xambioá foi revisto pelas comunidades. A revisão apontou para a necessidade de focar as ações na segurança alimentar, intensificando o manejo de tartaruga, queixada, na implantação de sistemas agroflorestais e na proteção territorial aliada às ações de manejo.

O Projeto GATI, por meio da consultoria regional do Núcleo Cerrado, articulou uma rede de potenciais parceiros regionais que atuam na temática indígena. Essa rede teve como objetivo somar forças para que as ações fossem conectadas e que não atuassem de forma isolada. As instituições envolvidas na articulação foram o Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins (Ruraltins), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o Instituto Federal do Tocantins (IFTO), o Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins), as Secretarias de Educação e Meio Ambiente do Município de Santa Fé do Araguaia e de Araguaína, a Secretaria Estadual de Educação (Seduc) e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). A CR Funai Araguaia/Tocantins e a Coordenação Técnica Local (CTL) de Araguaína apoiaram todas as ações planejadas e contribuíram na articulação das parcerias institucionais.

INTERCÂMBIO

Em maio de 2013 foi realizado o intercâmbio para a instituição Ponto Terra especializada em criação de animais silvestres, localizada em Belo Horizonte (MG). O objetivo do intercâmbio foi realizar uma capacitação em criação de animais silvestre, como pacas, queixadas, catetos, capivara, cutias, emas e outros. Temáticas como montagem das instalações, legislação, reprodução, nutrição, cuidados veterinários, mercado e administração foram ministrados durante a capacitação que ocorreu durante o intercâmbio. Para os Xambioá o intercâmbio foi muito proveitoso pois os mesmos possuem interesse em adotar estratégias de aumentar o consumo de queixada sem causar redução na população.

Outro momento de troca de conhecimentos aconteceu em novembro de 2014 para visitas à iniciativas de implantação de sistemas agroflorestais em duas áreas de assentamento rurais da região. Os assentamentos Bela Vista e Mirindiba, com apoio da Ruraltins, implementam experiências bem-sucedidas de agrofloresta. Participaram da atividade a consultora regional Soraya Campos, o coordenador da CLT da Funai em Araguaína, o biólogo e apoiador do GATI Enderson Nunes e o representante Karajá no Conselho Regional Marcos Leal.



Reunião na TI Xambioá promovida pelo Projeto GATI (2012)

APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS

“É IMPORTANTE QUE ESSES AGRICULTORES PRODUZAM E VENDAM PARA OS PRÓPRIOS MORADORES DA TERRA INDÍGENA, POIS SEUS PRODUTOS TÊM A GARANTIA DE SEREM DE QUALIDADE, FAZENDO BEM PARA A NOSSA SAÚDE.”

Antônio Marcos Karajá, novembro de 2014

O reflorestamento dos açaizais foi uma demanda apontada pelos Xambioá desde o início da implementação do Projeto GATI. O açaí, importante item da dieta alimentar das comunidades tem diminuído bastante no território pelo uso inadequado da palmeira e falta de boas práticas de manejo.

O Projeto GATI, com apoio do biólogo e colaborador Enderson Nunes, e em parceria com o técnico do Ruraltins, Wandro Cruz, apresentou, em março de 2015, uma proposta de reflorestamento e enriquecimento de quintais e roças. A proposta envolveu a produção e plantio de mudas de açaí e de outras espécies nativas frutíferas e arbóreas consorciadas. Foram realizados cursos sobre implantação de sistemas agroflorestas e recuperação de áreas degradadas. A agrofloresta foi implantada em espaço indicado pelas lideranças localizado na Aldeia Xambioá. A iniciativa envolveu basicamente as famílias da aldeia Xambioá em um primeiro momento. No curso de produção de mudas e replantio de áreas degradadas cada aldeia indicou dois representantes visando a multiplicação dos conhecimentos em suas comunidades. A FUNAI adquiriu insumos e materiais para construção de um viveiro florestal.

A iniciativa de produção de mudas e implantação de agroflorestas permitiu o aumento da disponibilidade de plantas de interesse ambiental, alimentar, medicinal e cultural para o povo Xambioá. Promoveu a educação ambiental e a formação dos jovens em viverismo e ainda recuperou e reflorestou áreas degradadas, como matas ciliares e capoeiras abandonadas. Futuramente, os indígenas também poderão promover a comercialização dos produtos que são resultados de produção sustentável e orgânica.

ICMS ECOLÓGICO PARA AÇÕES DE GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL

O Projeto GATI e a CR Funai Araguaia/Tocantins, em conjunto com a CTL de Araguaína, articularam junto à prefeitura de Santa Fé do Araguaia a possibilidade de utilização dos recursos do ICMS Ecológico para financiar ações de gestão ambiental e territorial na TI Xambioá. Os recursos seriam destinados especialmente a produção de mudas, construção de viveiro florestal e implantação de unidade demonstrativa de sistema agroflorestal. Várias reuniões foram realizadas para debater o assunto, e em março de 2015, lideranças da TI Xambioá, Funai e Projeto GATI se reuniram com a prefeita Márcia Aparecida Costa Bento e com o Secretário de Meio Ambiente, Valdíque Teixeira, visando a possibilidade de construção de agenda de ações voltadas à aplicação do ICMS Ecológico na TI.

Os projetos foram encaminhados à prefeitura em maio de 2015 e o convênio foi aprovado pela Câmara dos Vereadores, porém, não havia recursos para as atividades previstas. A parceria, portanto, ainda não foi firmada e os Karajá de Xambioá aguardam o andamento desse processo.





APOIO A INICIATIVAS DE MANEJO SUSTENTÁVEL

APOIO AO PROJETO DE MANEJO SUSTENTÁVEL DA TARTARUGA-DA-AMAZÔNIA TERRA INDÍGENA XAMBIOÁ (PPP-GATI/ISPN)

“TUDO QUE FOR PARA APOIAR A NOSSA CULTURA, O NOSSO MEIO AMBIENTE, AS NOSSAS TRADIÇÕES, EU APOIO, E ACREDITO QUE OS OUTROS PROFESSORES TAMBÉM TERÃO INTERESSE NESTA ATIVIDADE.”

Professor Indionor Pereira Lima Guarani
março de 2015

O projeto “Manejo Sustentável da Tartaruga da Amazônia Terra Indígena Xambioá” apoiado pelo edital do PPP-Ecos e desenvolvido pelas comunidades Xambioá teve como objetivo a preservação da espécie. Foram realizadas ações de educação ambiental, fiscalização, monitoramento e manejo da espécie. A Funai e o Projeto GATI apoiaram a iniciativa visando garantir as boas práticas de manejo da espécie e a manutenção das práticas tradicionais do povo Xambioá. O Projeto GATI contratou a técnica Milene Sousa como instrutora na área de educação ambiental. Dentre as ações realizadas destacam-se:

- Palestras com os alunos e professores indígenas e não indígenas sobre projeto de Educação Ambiental, com referências às atividades de fiscalização e monitoramento do Projeto de Manejo e Preservação da Tartaruga-da-Amazônia. A atividade contou com participação de Funai, instrutor, colaborador e Naturatins;
- Aulas de campo (capacitação) com professores e alunos indígenas e não indígenas nos tabuleiros onde ocorrem as desovas e eclosão dos filhotes das Tartarugas-da-Amazônia;
- Intercâmbio entre escolas indígenas e aquelas localizadas no entorno da TI Xambioá (Comunidades de Pontão e Garimpinho).

O Projeto GATI e a Funai estão articulando junto à Secretaria Estadual de Educação do Tocantins a inserção da temática do manejo sustentável da tartaruga-da-Amazônia nos PPPs (Projetos Político Pedagógico) nas escolas indígenas da TI Xambioá.

Nos últimos anos, o projeto tem conseguido resultados significativos em relação à proteção e criação dos filhotes de tartaruga. Em 2013 foram soltos aproximadamente 9.000 filhotes no rio Araguaia, em 2014, 6.000 filhotes, e em 2015, 5.400 filhotes.



Tartaruga da Amazônia (2012)



Observação de nascimento de tartaruga da Amazônia (2012)



APOIO À ELABORAÇÃO DO PROJETO “GESTÃO SOLIDÁRIA DA PESCA NO BAIXO RIO ARAGUAIA E NA TERRA INDÍGENA XAMBIOÁ, TOCANTINS”

O projeto foi submetido pelo Instituto Federal do Tocantins (IFTO) à Chamada Pública MEC/SETEC-CNPq, por meio da professora Sylvia Setubal. O objetivo é realizar um diagnóstico de recursos pesqueiros, tendo em vista a diminuição drástica dos estoques no rio Araguaia nos últimos anos. O projeto, que contou com apoio da consultora regional do GATI para sua elaboração, vai traçar o perfil socioeconômico dos pescadores indígenas e não indígenas, levantando suas principais demandas e interesses; levantar informações sobre as tecnologias utilizadas na pesca, suas limitações e perspectivas; investigar o porquê da inexistência de pescadores indígenas organizados em âmbito social e produtivo próprio, dentre outros pontos. Os recursos para iniciar os trabalhos de campo foram liberados em março de 2016.

Construção da cerca de madeira para criação e manejo de queixada na TI Xambioá, ação apoiada pelo edital PPP GATI (2016)





APOIO AO MANEJO E CRIAÇÃO DE QUEIXADAS

Trata-se do projeto PPP-GATI¹⁰ “Criação e manejo de queixadas (*Tayassu pecari*) na TI Xambioá”, cuja proponente foi a Associação Indígena IXY-BLOWÁ de Abrigo, Assistência, Cultura e Ensino. A elaboração do projeto contou com o apoio do zootecnista contratado, Fábio Hosken. O projeto teve início em 2015 e teve como objetivo implementar um sistema de manejo de queixadas, a fim de garantir a segurança alimentar através da produção para consumo de modo sustentável, garantindo o fornecimento da proteína animal para os indígenas e ao mesmo tempo protegendo a espécie que tem diminuído nos últimos anos.

Foi implantado um criadouro para reprodução dos animais, fato este que reduziu a pressão da caça. O projeto também promoveu o plantio de roças especificamente para produção de alimentos para o criadouro. A iniciativa também contou com o apoio da CR da Funai Araguaia-Tocantins e CTL em Araguaína, com o acompanhamento de seus técnicos e disponibilizando veículos e combustível para a realização das atividades.

O projeto formará um grupo de monitoramento e vigilância para realizar a proteção dos bandos de queixadas ainda existentes na TI e ao mesmo tempo fiscalizar a área evitando a entrada de caçadores e coletores não indígenas.

¹⁰ O edital de Pequenos Projetos Indígenas (PPP GATI) foi lançado em 07 de abril de 2015 e teve como objetivo apoiar propostas de ações de conservação da biodiversidade, bem como a melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas, nas 32 Terras Indígenas que compõe as ARs do Projeto GATI. A iniciativa foi fruto da Carta Acordo entre o Projeto GATI por meio da Fundação Nacional do Índio (Funai), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPNU).

VIGILÂNCIA E PROTEÇÃO

As ações de vigilância e proteção territorial vinculadas ao projeto das tartarugas-da-Amazônia já vinham sendo executadas com apoio da Coordenação Geral de Monitoramento Territorial-CGMT/FUNAI há alguns anos. As ações de controle territorial contaram com apoio dos órgãos fiscalizadores como NATURATINS, IBAMA e 2º Batalhão da Polícia Militar Ambiental do Tocantins. Em 2011, houve um levantamento detalhado das atividades ilegais e situações de vulnerabilidade, realizado por técnicos da CGMT, CRAT e CTL. Em 2014, aproveitou-se a ação de fiscalização realizada por técnicos da FUNAI, IBAMA e NATURATINS no âmbito do projeto de quelônios, para circular por todo território Xambioá. Foram identificadas diversas situações de risco à integridade da TI, tais como fazendas circunvizinhas adentrando no território, queimadas, caça e pesca ilegal. Foi identificado também a ausência de placas que indicam os limites da TI, verificando assim a necessidade de reavivamentação dos piques de demarcação da TI.

APOIO À FORMAÇÃO

O Projeto GATI também apoiou a participação de representantes da TI Xambioá no Curso Básico de Formação em Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), Turma Cerrado¹¹. Estes foram Avanilson Ijoraru Karajá e Eugislane Moreira Lima. Com o apoio de microprojetos do GATI, em maio de 2016 estes dois cursistas promoveram uma oficina de etnomapeamento na aldeia Xambioá como parte dos trabalhos finais do curso, gerando assim informações para a gestão ambiental e territorial da TI. Este trabalho conjunto foi apresentado no 5º módulo do curso, em junho de 2016.

¹¹ O Curso Básico de Formação em Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), Turma Cerrado, teve como público alvo os gestores públicos e indígenas que desenvolvem atividades estratégicas relacionadas à gestão ambiental e territorial em Terras Indígenas e unidades de conservação no bioma Cerrado. O curso aconteceu em 2015 e 2016 e foi uma realização da Fundação Nacional do Índio (Funai) e Ministério do Meio Ambiente (MMA), com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF).





Etnomapeamento na TI Xambioá, fruto do trabalho de conclusão de curso (Formar PNGATI Cerrado) dos indígenas Avanilson Karajá e Eugislaine Karajá, que teve apoio da chamada de microprojetos (2016)



MICROPROJETOS

Os microprojetos implementados na TI Xambioá foram:

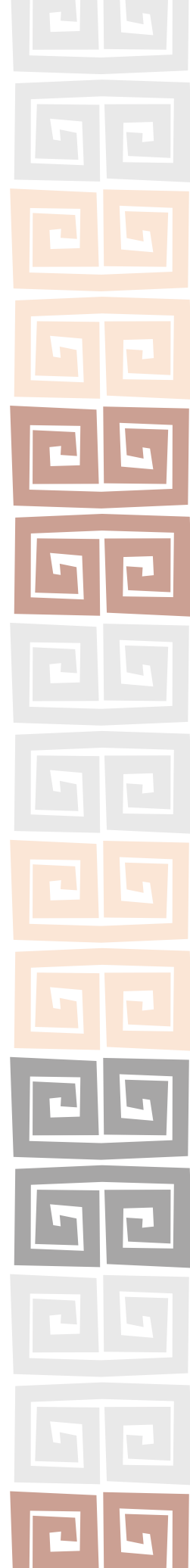
- Microprojeto “Roça comunitária - plantio de bananeira na aldeia Wry-Lyty”,. O responsável pelo microprojeto foi o indígena Simão Kabitxana Karajá da aldeia Wry-Lyty (2014). O objetivo da iniciativa foi aumentar a área de cultivo do roçado para incrementar a produção de banana;
- Microprojeto “Horta Comunitária”. O responsável pela implementação do microprojeto foi a indígena Djanea Moreira Tavera a aldeia Kurehê (2015). A iniciativa teve o objetivo de garantir a obtenção de alimentos saudáveis e geração de renda para a comunidade envolvida;
- Conforme citado acima, os participantes do Curso Básico de Formação em PNGATI - Turma Cerrado, Avanilson Ijoraru Karajá e Eugislane Moreira Lima, elaboraram microprojetos para apoiar a realização de uma oficina de etnomapeamento na aldeia Xambioá, gerando informações para a gestão ambiental e territorial da TI como parte do trabalho final do curso.



Plantação de banana do Sr. Simão Kabitxana Karajá (Sr. Kabi) que teve apoio do Projeto GATI por meio de microprojeto voltado ao aumento da sua produção por meio da ampliação da área de cultivo (2014)

RUMOS DA GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL NA TI XAMBIOÁ

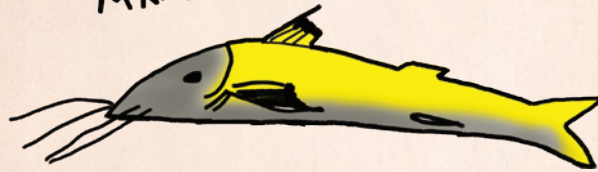
- Apoio aos projetos de manejo da fauna, como a Tartaruga-da-Amazônia e as Queixadas;
- Ampliar as ações de proteção e controle territorial da Terra Indígena;
- Dar continuidade às ações de produção de mudas para plantio em áreas degradadas. As tratativas iniciais quanto a um convênio entre Prefeitura e Associação Indígena devem ser retomadas com apoio da FUNAI, visando prever dotação orçamentária para a construção do viveiro e contratação dos viveiristas;
- Acompanhamento técnico (ATER Indígena) da RURALTINS, a partir da articulação da Funai com o órgão para implementação de sistemas agroflorestais;
- Manter a articulação com as secretarias municipais de educação (Santa Fé do Araguaia e Araguaína) e com a Secretaria Estadual de Educação no que se refere para incorporação de ações de Educação Ambiental nas escolas indígenas da TI Xambioá;
- Construir parcerias entre a Universidade Federal de Goiás - UFG, Secretaria Estadual de Educação, FUNAI e comunidade indígena para aproximação da discussão dos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas dentro do Curso de Licenciatura Intercultural.
- Acompanhamento das atividades e desdobramentos do Projeto “Gestão Solidária da Pesca no baixo Rio Araguaia e na Terra Indígena Xambioá, Tocantins” iniciado em 2016 pelo Instituto Federal do Tocantins IFTO, tendo em vista o apontamento de diversas problemáticas que afetam pescadores indígenas e não indígenas.
- Implementar o Curso Básico de Formação em PNGATI para gestores públicos e gestores indígenas locais e regionais, para discutir temas relacionados à implementação dessa política na TI Xambioá e na região.



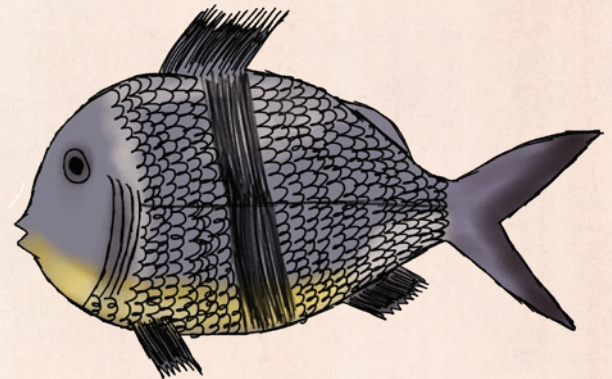
Desenho de Avanilson
Karajá ilustrando o mito
das moças da água (2016)



MANDI



Kananã



Harina pocu ferrado

IDJAHÍ



TERRA INDÍGENA XERENTE



INTRODUÇÃO

A Terra Indígena (TI) Xerente localiza-se nos municípios de Tocantínia e Pedro Afonso, no estado de Tocantins (TO) e está regularizada com 167.542 hectares. É habitada tradicionalmente pelo povo Xerente, que se autodenominam Akwẽ (gente), e são falantes do “Akwen”, de família linguística Jê. A população na Terra Indígena soma cerca de 3.500 pessoas que vive em 63 aldeias. Em seu perímetro há importantes manchas de Cerrado, que são conservadas pelos Akwẽ-Xerente através de seu modo de vida tradicional e da riqueza de seus conhecimentos sobre o uso e manejo da flora e fauna deste bioma.

Em quase todas as aldeias há criação de galinhas, patos, porcos e cavalos, e ainda um rebanho de aproximadamente 700 cabeças de gado distribuído na TI. Este rebanho, além de servir para suprimento alimentar, funciona como capital de reserva, ou seja, são vendidas quando se precisa de algum recurso financeiro para resolver alguma situação fora do comum.

Das atividades produtivas geradoras de renda, uma das principais é a confecção de artesanato, geralmente elaborados pelas mulheres, e comercializado nas cidades próximas ou no interior da TI, quando são vendidos para atravessadores que transitam por ela. A matéria prima mais utilizada para o artesanato é o capim dourado (*Syngonanthus nitens* – Eriocaulaceae), fazendo deste recurso natural uma espécie ameaçada pela intensa pressão de uso. Além da comercialização do artesanato, outras fontes geradoras de renda são as aposentadorias, os programas sociais, os salários dos agentes de saúde, de professores e dos servidores públicos.

CONTEXTO

A TI Xerente está situada no Bioma Cerrado, na margem direita do rio Tocantins. Trata-se de um território que sofre pressões de diversas ordens, como a presença de colonos e fazendeiros, e de caçadores e pescadores não indígenas, além da circulação de atravessadores de madeira e artesanato. Outras pressões são as produzidas por grandes fazendas de monocultivo de soja e cana-de-açúcar que circundam a TI e que fazem uso extensivo de agrotóxicos e fertilizantes químicos. Estes insumos contaminam o solo e afetam os córregos da TI, que em muitos casos possuem suas nascentes fora dos limites da Terra Indígena.

No limite norte estão os grandes empreendimentos que atualmente impactam a TI: a mineração de ferro na Serra do Lageado, explorada pela empresa Vale; e a Usina Hidrelétrica de Lageado. Este último empreendimento gerou um grande impacto sobre as atividades de pesca e agricultura de vazante praticadas pelos Xerente. A fim de amenizar esses impactos, foi criado em 2002 o Programa de Compensação Ambiental Xerente (Procambix). Esse contexto todo acabou gerando forte impacto na organização social, territorial, com a criação de muitas novas aldeias, e nas relações de produção e econômica na TI, com a tentativa de substituir as roças tradicionais de toco por roças baseadas na agricultura mecanizada.

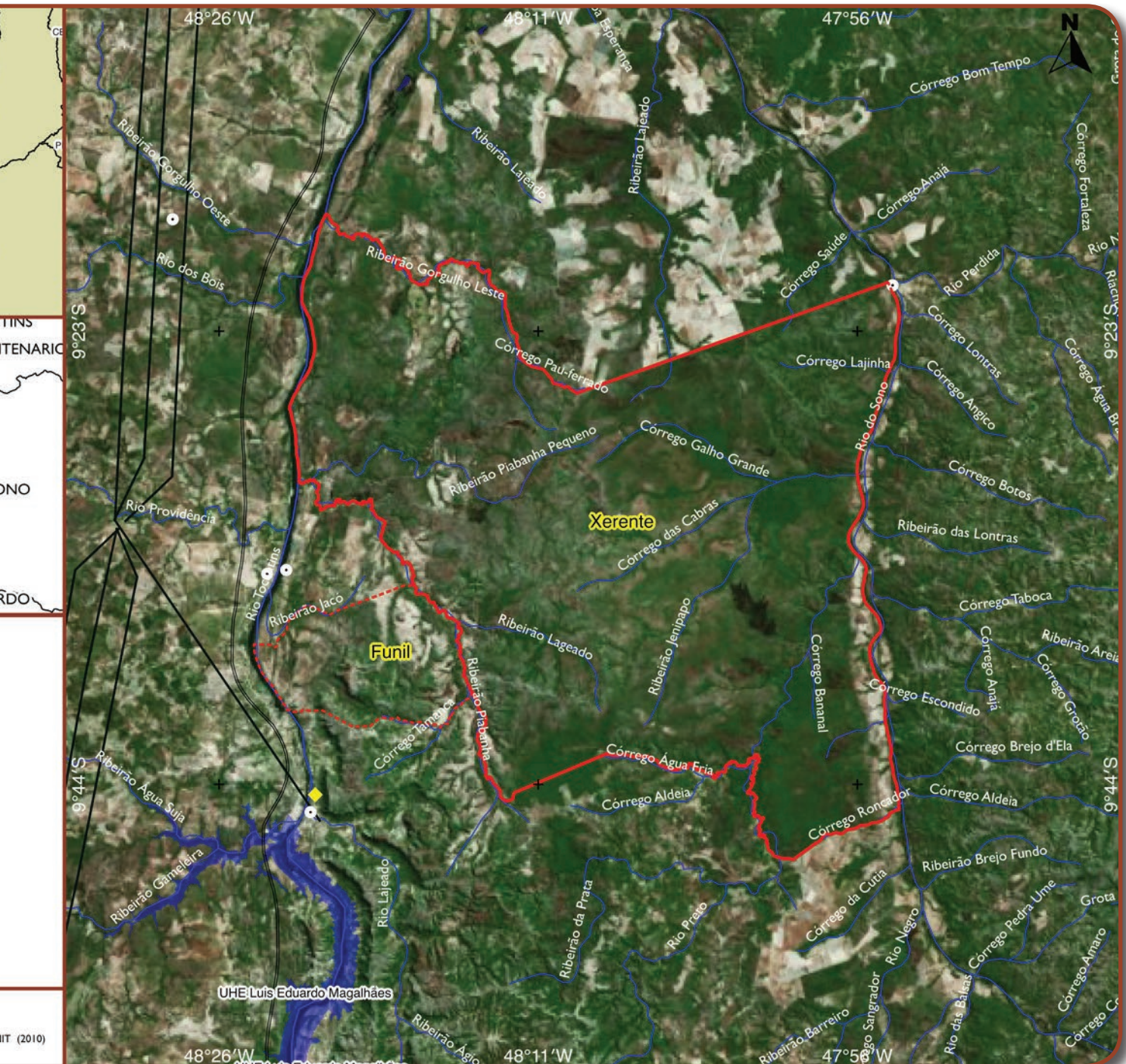
Atualmente há uma preocupação com a retomada dos roçados tradicionais e um interesse em recuperar as sementes tradicionais, em especial as de milho indígena, que por diversos motivos foram deixando de plantar. Nos roçados são cultivados principalmente a mandioca, o feijão guandu, o inhame, entre outros. Os produtos das roças são complementados com coleta de frutas da mata e do Cerrado, tal como o buriti, a bacaba e o pequi.



TI Xerente

ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

A organização social tradicional Akwẽ Xerente está centrada na oposição simétrica entre metades multidualistas. A diferença entre as metades se apresenta nas pinturas corporais e seus respectivos clãs patrilineares, no sistema de nominação, em práticas funerárias, corridas de toras e nas formas de tratamento interpessoal.



A organização social atual dos Xerente pode ser melhor compreendida como formada pela reunião de um conjunto composto por grupos de aldeias, sendo que aldeias próximas são resultado, geralmente, de sucessivas cisões (conflituosas ou não) de uma “aldeia-mãe”. Diversas pesquisas têm notado que aldeias derivadas de uma cisão recente permanecem geograficamente próximas e mantêm relações que culminam na realização de cerimônias em que a complementaridade das metades e das segmentações clânicas são muito valorizadas - especialmente na realização dos cerimoniais de nomeação masculina e feminina, denominado pelos Akwẽ de Dasĩpsê.

Atualmente o território Akwen está organizado em 5 conjuntos de aldeias, considerando também a TI Funil, contígua à TI Xerente. Cada conjunto serve também como referência no que se refere à logística administrativa o que tende reforçar a unidade de cada conjunto de aldeias.

Na TI Xerente verifica-se pelo menos quatro regiões: i) a região Salto, que envolve as aldeias Salto, Saltinho, Porteira, Karehú, Cercadinho, Bela Vista, Boa Esperança, Varjão, Vão Grande, Nova, Mata do Coco, Recanto, Taboada, Serra Verde e Angelim; ii) a região Brupré, que abrange as aldeias Zé Brito, Campo Grande, Traíra, Buriti, Brupré, Fazendinha, Mirassol, Lageado, Jenipapo, Santo Antônio, São José, Akehú, Novo Horizonte; iii) a região Brejo Comprido, que envolve as aldeias Coqueiro, Centro, Serrinha, Piabanha, Boa Vista, Paraíso, Morrão, Santa Fé, Cabeceira da Água Fria, Montes Belos, Fortaleza, Brejo Comprido, Sucupira, Recanto da Água Fria, Aldeinha, Nova Jerusalém, Bom Jardim, Canaã, Morrinho, Baixa Funda, Brejão, Brejinho, Rio Preto e Ktêpo; iv) a região Rio Sono, que abrange as aldeias Cabeceira Verde, Riozinho, Brejo Verde, Rio Sono, Nova e Sangradouro. A TI Funil é considerada uma unidade que abrange as aldeias: Funil, Cachoeirinha, Cachoeira, São Bento, Aparecida, Boa Vida e Boa Fé.

A representatividade político-social também é exercida pelas associações de base comunitária. Atualmente o povo Xerente conta com um conjunto de associações que representam a divisão política citada acima: Associação Indígena Akwe (AIA); Associação Indígena Xerente (AIX); Organização Indígena Aldeia Ktepo Xerente (OIAKX); União Indígena Xerente (UNIX) e mais recentemente a Associação Waktidi dos Indígenas Xerente. Há também a Associação dos Brigadistas Akwe Xerente de Preservação e Controle às Queimadas e Combate a Incêndios Florestais (ABIX), que congrega representantes de várias aldeias. A TI também é representada em âmbito nacional pela Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado (MOPIC) e pela Articulação dos Povos Indígenas do Tocantins (ArPIC).

AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO GATI

FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

O Projeto GATI iniciou suas atividades na TI Xerente em 2012, com a realização de reuniões de esclarecimento, levantamento das principais demandas das aldeias e assinatura do termo de compromisso das comunidades com o Projeto. No final daquele ano ocorreu a instalação do Conselho Regional Deliberativo do Núcleo

Regional Amazônia/Cerrado, que aconteceu nos dias 26 a 30 de novembro de 2012, em Santo Antônio do Leverger (MT) e oficializou os nomes de Bolívar Pereira Rodrigues (titular) e Pedro Paulo Gomes da Silva (suplente), como representantes da TI Xerente.

Nesta reunião os conselheiros e demais participantes elaboraram e validaram um plano de ação para o Núcleo Regional com base nas demandas levantadas na TI durante as reuniões de esclarecimento. O plano serviu de base pra elaboração de projetos a partir de oficinas realizadas ao longo de 2013, cujas linhas principais foram:

- Capacitação em associativismo indígena;
- Resgate das plantas cultivadas nas roças tradicionais da TI Xerente e apoio às iniciativas para enriquecimento dos roçados e quintais, com implantação de agroflorestas (ou sistemas agrofloretais - SAFs);
- Oficina: Roda de saberes sobre o uso das plantas medicinais para revitalização das práticas tradicionais da medicina de plantas praticada pelo povo Xerente;
- Adensamento de quintais e recuperação de áreas degradadas na TI com capacitação dos indígenas para a produção de plantas nativas do Cerrado produzidas em viveiro.

A partir de 2014, as ações do Projeto GATI tiveram como foco a região do Brupé. Uma das razões da escolha se deve ao fato do GATI já ter iniciado atividades naquela região durante a primeira fase do Projeto, com a realização da Oficina de Adubo Orgânico (compostagem) em novembro de 2013. Também é uma das áreas da TI que mais sofre com os impactos ambientais causados pelas fazendas e empreendimentos vizinhos, tais como da Empresa Bunge.

A consultoria regional articulou uma rede de potenciais parceiros regionais que pudessem somar forças e fazer ações conjuntas visando a implementação das ações do Projeto. As instituições que compuseram a rede de parceria foram o Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins (Ruraltins), a Universidade Estadual do Tocantins (Unitins) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Nestes processos destacamos a atuação de profissionais que prestaram assessoria técnica às ações do GATI, tal como os biólogos Bárbara Ramos, vinculada à Unitins, e Enderson Nunes (profissional autônomo), além do professor da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Odilon Moraes. A Coordenação Regional da Funai Araguaia/Tocantins prestou total apoio em todas as ações planejadas e contribuiu efetivamente na articulação das parcerias institucionais.

INTERCÂMBIOS

Os intercâmbios que envolveram indígenas da TI Xerente foram planejados conforme as demandas das aldeias. Inicialmente foram organizadas pela consultora Márcia Maciel e tinham como temas o manejo e criação de fauna e o enriquecimento de roças e quintais por meio de agroflorestas, com valorização das sementes crioulas.

O primeiro dos intercâmbios aconteceu nos dias 24 a 26 de maio de 2013, para a instituição “Ponto Terra”, localizada em Belo Horizonte (MG), e especializada em criação de animais silvestres. O objetivo deste intercâmbio foi realizar uma capacitação técnica na temática de criação de animais silvestre, como pacas, queixadas, catetos, capivaras, cutias, emas e outros. Além disso foi realizado um mini-curso, durante o encontro, sobre montagem das instalações, legislação, reprodução, nutrição, cuidados veterinários, mercado e administração.

O segundo intercâmbio aconteceu nos dias 14 a 18 de outubro de 2013, em que 19 indígenas Xerente participaram da IX Feira de Sementes Krahô, na TI Krahôlândia. A participação nesse evento foi vista como uma grande oportunidade de recuperação de sementes de variedades tradicionais por meio de uma rede de troca entre as populações indígenas. Nesta ocasião, os Xerente conseguiram diversos tipos de sementes de variedades tradicionais para plantar nos seus roçados.

APOIO ÀS AÇÕES COM AGROFLORESTAS

IMPLEMENTAÇÃO DE UNIDADES DEMONSTRATIVAS DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS (SAFs) NAS ALDEIAS SANTA FÉ E SÃO JOSÉ

A ação promoveu oficinas de SAFs para reintrodução das plantas que costumavam ser cultivadas nas roças e quintais Xerente e que por diversos motivos deixaram de ser plantadas. A possibilidade de retomar o plantio destes cultivos surgiu quando os Xerente retornaram da feira de sementes na TI Krahôlândia em 2013, com sementes de variedades tradicionais. O momento para replantá-las e produzir alimentos e suas próprias sementes aconteceu durante as duas oficinas nas aldeias Santa Fé e São José. A assessoria técnica ficou a cargo da bióloga Bárbara Helena Ramos, da Unitins, que ministrou as oficinas.

A aldeia Santa Fé foi escolhida em virtude de local de atuação da Associação dos Brigadistas Akwe Xerente de Preservação e Controle às Queimadas e Combate a Incêndios Florestais

(Abix). Este grupo de brigadistas indígenas tinha o interesse de incrementar o seu cultivo da mandioca voltada à produção da farinha, como uma alternativa de geração de renda para a Associação. Dessa forma, de 08 a 10 de novembro de 2014 aconteceu a oficina na aldeia, que além de discutir conceitos teóricos, realizou o plantio de cerca de 130 mudas doadas pela UNITINS e Prefeitura de Palmas. Foram plantadas mudas de ipê (*Tabebuia aurea*), tamarindo (*Tamarindus indica*), bacaba (*Oenocarpus distichus*), nin (*Azadirachta indica*), jatobá (*Hymenaea stigonocarpa*), mangaba (*Hancornia speciosa*), caju (*Anacardium occidentale*) e chichá (*Sterculia chicha*). Entre as linhas de mudas foi plantada mandioca.

Devido a diversos fatores tais como mudanças no ciclo de chuvas, falta de assistência técnica e ataque de pragas, conforme observação dos indígenas, os resultados esperados não foram atingidos satisfatoriamente. Porém, ficam os aprendizados para outras iniciativas futuras.



Preparo das manivas para plantio em área demonstrativa de SAF (Sistemas Agroflorestais) na TI Xerente (2014)

Na Aldeia São José a oficina aconteceu de 02 a 05 de dezembro de 2014. A escolha da mesma foi devido à facilidade de acesso e o interesse e apoio por parte de seus habitantes. Além disso, a aldeia São Jose e outras aldeias vizinhas estão em uma região que mais sofre com os impactos causados pelas atividades de monocultivos de soja e cana-de-açúcar das fazendas vizinhas. A utilização de agrotóxicos e a retirada desordenada de água do córrego Lageadim compromete o uso das águas pelas comunidades Xerente desta região.



©Soraya Campos

Participantes da oficina de SAF na aldeia São José (TI Xerente), plantando diversas mudas de espécies nativas do bioma Cerrado (2014)

Durante a parte prática da oficina foram plantadas aproximadamente 135 mudas. As mudas foram doadas pela Prefeitura de Palmas e pela Unitins. As espécies plantadas no sistema agroflorestal experimental foram: ipê, tamarindo, bacaba, baru, nim, jatobá, mangaba, chichá, goiaba, sucupira, oiti, caju, acácia e curriola.

Durante a oficina também foi debatido a questão da aplicação do ICMS Ecológico por parte da prefeitura de Tocantínia para financiar projetos de sustentabilidade na TI Xerente e para prestar assistência técnica. O professor da UFT, Odilon Moraes, fez uma contextualização histórica do imposto desde sua criação em 1992 no estado do Paraná até os dias atuais. O professor realçou que suas diretrizes básicas são a participação pública no planejamento e nas ações a serem

desenvolvidas, e a avaliação da qualidade nos processos e produtos. Como desdobramento dessa discussão foi sugerido a formação de um grupo composto por representantes indígenas, Funai e GATI para articular junto à prefeitura a aplicação desse recurso na TI.

APOIO À ABIX

A Associação dos Brigadistas Akwe Xerente de Preservação e Controle às Queimadas e Combate a Incêndios Florestais (Abix) foi fundada em outubro de 2014 e é formada por 44 brigadistas¹² de diversas aldeias e distintos clãs, com representatividade em toda a TI Xerente e a vizinha TI Funil.

¹² A consolidação do programa de brigadas indígenas foi oficializada em 2013, por meio de acordo de cooperação técnica entre a Funai e o Ibama, por meio do programa PrevFogo, que forma brigadas federais responsáveis pela prevenção, monitoramento e combate a incêndios florestais.

Em virtude da bem-sucedida atuação destes brigadistas, a TI Xerente foi selecionada pelo Ibama/PrevFogo como área piloto para o desenvolvimento de uma proposta de manejo, voltada à adaptação das práticas tradicionais indígenas de manejo do Cerrado usando o fogo, visando incorporar estas práticas nas técnicas utilizadas pelos brigadistas. Os brigadistas Xerente já fizeram um levantamento da área, em conjunto com o PrevFogo/Ibama, com o objetivo de mapear os pontos mais vulneráveis às queimadas e realizar um programa de manejo de áreas prioritárias, como as regiões de mata fechada, locais de refúgio e reprodução de animais silvestres, e as veredas, regiões de maior concentração do capim dourado.

Outra iniciativa da Abix é o viveiro construído pelos próprios brigadistas na sede da CTL da Funai, em Tocantínia. As mudas produzidas no viveiro são destinadas a plantio em áreas desmatadas e em quintais de frutíferas, quando estas são visitadas pelos brigadistas nas atividades de prevenção e combate às queimadas. A Abix também vem firmando parceria com a Prefeitura de Tocantínia para apoiar as ações da associação.



Equipe de brigadistas da ABIX, técnico da CR Funai Araguaia-Tocantins e bióloga da Unitins (colaboradora do GATI), na finalização de atividades de plantio de SAFs (Sistemas Agroflorestais) na TI Xerente (2014)



Equipe do GATI e conselheiros regionais visitam área de plantio de mandioca e viveiro de mudas nativas da ABIX (2016)

Tendo em vista a importância do trabalho dos brigadistas na promoção da gestão ambiental e territorial na TI Xerente, o Projeto GATI apoiou algumas ações de sua associação. Uma importante contribuição foi a articulação junto à Embrapa – Unidade Palmas para inserção da Abix no Projeto Reniva (“Rede de multiplicação e transferência de materiais propagativos de mandioca com qualidade genética e fitossanitária”) que tem como objetivo trazer soluções tecnológicas de multiplicação rápida de manivas-semente de mandioca e tecnologias de seu cultivo no Cerrado. A partir de visita dos brigadistas à Embrapa para conhecer a iniciativa, estabeleceu-se parceria para implementar um campo demonstrativo do projeto Reniva em terreno doado pela prefeitura de Tocantínia. Neste terreno será construída a sede da ABIX e já está sendo construído o viveiro da associação, com recursos próprios e doação da prefeitura, que permitirá ampliar suas atividades iniciadas em área da CTL da FUNAI, e o viveiro do Projeto RENIVA, com recursos de doação do MMA para a ABIX e administrados pela Embrapa. Dessa forma, a implantação do Projeto Reniva voltado à demanda da Abix encontra-se em pleno andamento.

Outro apoio do Projeto GATI nas iniciativas da Abix se dá por meio da contratação dos serviços técnicos do biólogo Enderson Nunes, que está acompanhando a construção do viveiro e realizando oficinas de formação de viveiristas brigadistas para atuarem na produção, manutenção e comercialização de mudas. Além disso, essas iniciativas promovem o aumento da disponibilidade de espécies vegetais de interesse ambiental, alimentar, medicinal e cultural; a educação ambiental dos jovens; e a recuperação e reflorestamento de áreas degradadas, como matas ciliares e capoeiras abandonadas. Este apoio à Abix tem permitido ao Projeto GATI contribuir com a sustentabilidade, segurança alimentar e segurança ambiental do povo Xerente.

APOIO À FORMAÇÃO

O Projeto GATI também apoiou a participação de representantes da TI Xerente no Curso Básico de Formação em Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI)¹³, Turma Cerrado. Os indígenas foram: Antonio Samuru Xerente e Wakedi da Mata Brito.

MICROPROJETOS E PPP GATI

Por meio do Projeto GATI foram implementados cinco microprojetos na TI Xerente, referentes a ações de valorização e resgate dos conhecimentos de agricultura e práticas alimentares dos Xerente. Os microprojetos foram:

- Microprojeto “Plantio de banana na Aldeia Sucupira, TI Xerente”, sob responsabilidade de Vanda da Mata de Brito Xerente (2015). Este microprojeto teve como objetivo aumentar a produção de bananas, a fim de beneficiar as 17 famílias envolvidas;
- Microprojeto “Resgate da roça comunitária - Plantio de mandioca”. O responsável pelo microprojeto foi o indígena Valdemar Soiti Xerente da Aldeia Krité (2015). O objetivo foi incrementar a produção de alimentos para o consumo interno das famílias da aldeia;
- Microprojeto “Resgate da roça comunitária - Plantio de mandioca”. O microprojeto foi implementado pelo indígena Romerito Soze Xerente da Aldeia Buriti (2015). Teve como objetivo valorizar o cultivo comunitário com resgate das comidas tradicionais contribuindo assim com a segurança alimentar. A Aldeia Buriti é formada por 16 famílias que participaram ativamente do microprojeto nas atividades da roça. De acordo com o cacique Edimilson, esse tipo de incentivo estimula o fluxo de transmissão de conhecimentos, uma vez que circulam e reavivam a memória do grupo;
- Microprojeto “Resgate da roça comunitária - Plantio de mandioca consorciada com plantio de arroz tradicional, banana, milho e outras” sob responsabilidade do indígena Delfino Srewe Xerente, Aldeia Sangradouro (2015). A iniciativa estimulou a produção de alimentos tradicionais e propiciou a troca de conhecimentos entre gerações. Serviu ainda para fortalecer o vínculo comunitário, bem como a garantia de alimentação saudável para o grupo;
- Microprojeto “Resgate da Roça Comunitária - Plantio de mandioca na Aldeia São José” sob responsabilidade da indígena Selma Sekwahidi dos Santos Brito Xerente (2015). O microprojeto contou com a participação de 12 famílias da aldeia que se envolveram em todas as etapas da derrubada, plantio e colheita da roça.

¹³ O Curso Básico de Formação em Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), Turma Cerrado, teve como público alvo os gestores públicos e indígenas que desenvolvem atividades estratégicas relacionadas à gestão ambiental e territorial em Terras Indígenas e unidades de conservação no bioma Cerrado. O curso aconteceu em 2015 e 2016 e foi uma realização da Fundação Nacional do Índio (Funai) e Ministério do Meio Ambiente (MMA), com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF).

Durante a reunião do Conselho Regional em março de 2016, foi feita uma avaliação positiva dos microprojetos, sendo eles apontados como uma iniciativa que gerou bons resultados. Essa avaliação ressaltou aspectos como a autogestão dos recursos, a autonomia e o atendimento de demandas de comunidades, a melhora da produtividade, a revitalização dos costumes de prática agrícola por meio dos conhecimentos tradicionais, e, uma maior garantia da alimentação da comunidade indígena.

Em relação ao edital PPP-GATI¹⁴, a TI Xerente teve duas propostas aprovadas. O projeto “*Conhecimentos tradicionais, agrobiodiversidade e práticas rituais Xerente*”, cuja proponente foi a Associação Waktidi dos Indígenas Xerente foi executado entre 2015 e 2016, e teve como objetivo realizar o festival de troca de conhecimentos tradicionais sobre a agrobiodiversidade Xerente e práticas rituais relacionadas. Com apoio da Funai, houve ainda intercâmbio para conhecer as experiências de SAFs e viveiros da aldeia Prata, na TI Apinajé. O Projeto GATI complementou as ações do projeto por meio de um microprojeto de R\$ 2000,00, para custear parte do festival de agrobiodiversidade que ocorreu na Aldeia Zé Brito.

O segundo projeto, “*Mobilização, resgate e educação sobre formas tradicionais de uso do fogo*”, teve como proponente a Associação dos Brigadistas Akwe Xerente de Preservação e Controle às Queimadas e Combate a Incêndios Florestais (Abix). O projeto foi executado entre 2015 e 2016 e teve como objetivo promover por meio da educação ambiental, o uso e manejo do fogo de forma tradicional. O projeto proporcionou o reconhecimento e a participação dos anciões da TI que são os detentores desse conhecimento. O Ibama/PrevFogo foi parceiro da iniciativa. O Projeto GATI prestou apoio adicional ao projeto por meio da contratação do biólogo Enderson Nunes para ministrar oficina de capacitação de viveiristas junto aos brigadistas.

APOIO À PARTICIPAÇÃO DE INDÍGENAS EM EVENTOS DE ATER (ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL) E AGROBIODIVERSIDADE

O Projeto GATI apoiou a participação dos Xerente em diversas agendas que tivessem potencial de contribuir com a qualificação da assistência técnica na área de agricultura. Entre estas agendas estão:

¹⁴ O edital de Pequenos Projetos Indígenas (PPP GATI) foi lançado em 07 de abril de 2015 e teve como objetivo apoiar propostas de ações de conservação da biodiversidade, bem como a melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas, nas 32 Terras Indígenas que compõem as ARs do Projeto GATI. A iniciativa foi fruto da Carta Acordo entre o Projeto GATI por meio da Fundação Nacional do Índio (Funai), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN).

Oficina de agrobiodiversidade do Estado do Tocantins

Realizada nos dias 13 a 17 de abril de 2015, esta oficina foi promovida pelo Centro Universitário Luterano de Palmas – CEULP/ULBRA, por meio da UNITAS Agroecológica e demais parceiros como EMBRAPA, Ruraltins, Unitins, UFT. Teve como objetivo promover a troca de saberes referente ao tema e ainda construir uma agenda de futuro para atender as demandas dos agricultores familiares indígenas, não indígenas, quilombolas e técnicos de Ater envolvidos nessa temática. A consultora do Projeto GATI apoiou a articulação com os organizadores para assegurar a inserção e discussão da agricultura indígena no evento, como também acompanhou a oficina, junto com os técnicos da FUNAI. Os participantes indígenas foram Selma Sekwahidi dos Santos Brito Xerente, agricultora que se destaca em seu envolvimento com as práticas agrícolas Xerente, e Josimar Stibro Calixto Xerente, um jovem agricultor Xerente que também vem se empenhando nas atividades agrícolas da sua aldeia (Sucupira), principalmente na sua produção de banana.

Jornada Estadual para Rearticulação do Sistema SISCOP de Assistência Técnica e Extensão RURAL – SISATER

Este evento, que ocorreu nos dias 04 e 05 de dezembro de 2015, foi promovido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), em Palmas, teve como objetivo debater o cenário atual e futuro da assistência técnica e extensão rural (Ater) no âmbito estadual e nacional, com a integração entre as instituições do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) e as prestadoras de serviço parceiras.

Nesta ocasião o Projeto GATI articulou junto a Contag a participação representantes Xerente na discussão sobre a possível criação de uma Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), que atenderia também agricultores familiares indígenas. Os indígenas participantes foram: Selma Xerente e Josimar Stibro Xerente, Edson da Silva Gomes Xerente (Abix) e Sueli Waridi Xerente.

Fortalecendo a inserção dos Xerente no tema, Josimar Stibro e mais duas indígenas Xerente, com apoio da FUNAI e MDA também estiveram presentes na 2ª Feira Nacional de Agricultores Indígenas, que aconteceu durante os Jogos Mundiais Indígenas no mês de outubro de 2015 em Palmas.

A participação indígena nestes eventos buscou reverter algum preconceito existente no atendimento dos povos indígenas em relação a Ater. A presença indígena nessas discussões trouxe reflexões entre as instituições envolvidas para que estas possam contribuir com uma extensão rural a partir do respeito à diversidade e especificidade dos povos indígenas.

Projeto no Edital Fundo Clima

A Organização Indígena Aldeia Ktepo Xerente foi proponente do projeto de elaboração de PGTA para a TI Xerente, financiado pelo edital Fundo Clima-Funai/PNUD/MMA, iniciada em 2015 e em andamento ao longo de 2016.

RUMOS DA GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL NA TI XERENTE

Com o objetivo de apoiar os Xerente na gestão territorial e ambiental de seu território e dos recursos naturais nele presente, o Projeto GATI, em conjunto com a Coordenação Regional da Funai de Palmas, tem apoiado articulações com órgãos e instituições tais como RURALTINS, EMBRAPA, ULBRA e Prefeitura de Tocantínia, trazendo estes para dialogar e se aproximarem mais da realidade Xerente. Para consolidar a gestão territorial e ambiental na Terra Indígena Xerente é necessário dar continuidade as ações iniciadas por meio de apoios e parcerias nas ações a seguir:

- Implementar o Curso Básico de Formação em PNGATI para gestores públicos e gestores indígenas locais e regionais, para discutir temas relacionados à implementação dessa política na TI Xerente e na região.
- Fortalecimento da Associação de Brigadistas Xerente-Abix e de suas ações de gestão territorial e ambiental
- Aprofundar os trabalhos com recuperação ambiental;
- Consolidar o trabalho com manejo do fogo;
- Apoiar as iniciativas de recuperação das sementes e variedades tradicionais e a retomada das roças de toco.
- Apoio à construção de instrumentos de gestão Xerente, como um da TI.

É importante lembrar que os Xerente, seja por meio dos próprios agricultores indígenas, seja por meio de seus representantes em conselhos municipais e estaduais de diversas naturezas, seja por meio de suas associações, tem à frente o desafio de manter e ampliar os diálogos iniciados no decorrer do Projeto GATI.



©Márcia Maciel

Menina com pequi, um importante alimento na dieta do povo Xerente (2012)



©Márcia Maciel

Capim dourado utilizado para confecção de artesanatos na TI Xerente (2012)



©Márcia Maciel

Artesanato Xerente de capim dourado (2013)

Jovens da TI Xerente apresentam demandas das suas comunidades, durante oficina promovida pelo Projeto GATI (2013)



©Márcia Maciel

O Projeto Gestão Ambiental e Territorial Indígena (GATI) contribuiu para o reconhecimento das Terras Indígenas (TIs) como áreas protegidas essenciais para a conservação da biodiversidade dos biomas brasileiros, fortaleceu as práticas tradicionais indígenas de manejo, uso sustentável e conservação dos recursos naturais. Também promoveu o protagonismo indígena na construção de políticas públicas de gestão ambiental e territorial de TIs.

O Projeto foi uma realização conjunta entre o movimento indígena brasileiro, Fundação Nacional do Índio (Funai), Ministério do Meio Ambiente (MMA), *The Nature Conservancy* (TNC), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF-*Global Environment Facility*).

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-60443-42-0



9 788560 443420



Articulação
MATO GROSSO



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E CIDADANIA

